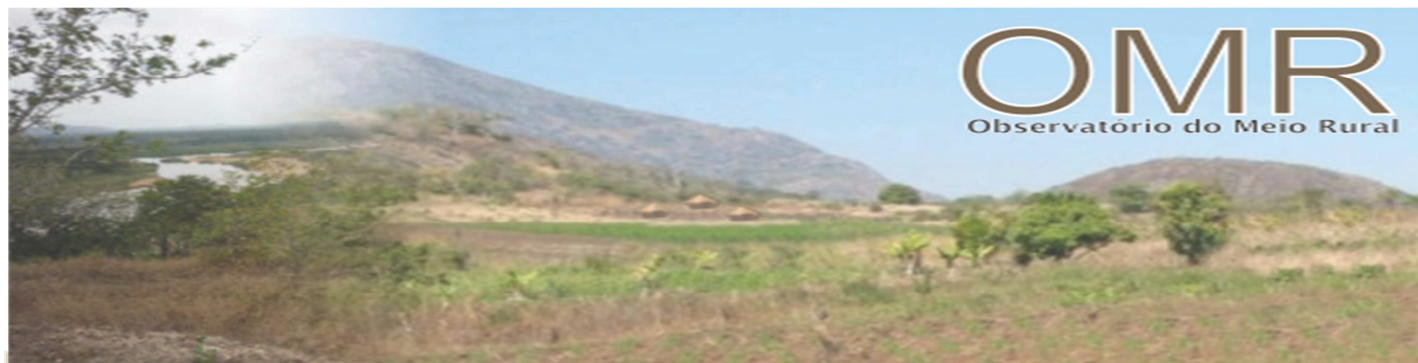




Documento de Trabalho

Observador Rural

**Porque é que a produção alimentar
não é prioritária?**

João Mosca

**Nº 1
Setembro de
2012**

(Verso/interior da capa)

O documento de trabalho *OBSEVADOR RURAL* é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional, individual e gratuita.

Também pode aceder-se ao *OBSEVADOR RURAL* no *site* do OMR: www.omrmz.org

Os objectivos do *OBSEVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais, com ênfase para o meio rural.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito o OMR.

O *OBSEVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores, e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros

POQUE É QUE A PRODUÇÃO ALIMENTAR NÃO É PRIORITÁRIA?

João Mosca¹

1. INTRODUÇÃO

Esta comunicação pretende apresentar de forma breve a experiência de Moçambique no desenvolvimento rural e agrário. O texto analisa o período pós-independência. Foi utilizado um enfoque de política económica e agrária, da economia política e procura uma abordagem de algum modo transdisciplinar.

Além da Introdução, apresenta-se na segunda secção um resumo da evolução recente do sector agrário e das políticas praticadas, segundo o enfoque do texto. Na secção seguinte, o autor defende a priorização do sector agrário e do meio rural e procura analisar os porquês das políticas, das práticas e dos resultados, dando ênfase à produção alimentar, aos pequenos produtores, à especialização produtiva do território e à importância das instituições (neste caso apenas relacionada com o funcionamento do aparelho de Estado da agricultura). Na quarta secção fazem-se algumas referências à evolução recente da agricultura e da política agrária no quadro da situação interna e internacional, destacando a penetração do capital mineiro e agrário e seus efeitos sobre a agricultura, o desenvolvimento rural e a vida das populações, assim como os movimentos de resistência das populações face aos efeitos sociais provocados. Na secção cinco referem-se algumas lições de política. Finalmente faz-se uma breve conclusão.

2. RESUMO DA POLÍTICA AGRÁRIA PÓS-INDEPENDÊNCIA

Desde a independência que a agricultura é considerada a “base do desenvolvimento nacional”, conforme é mencionado no Artigo 103, Número 1 da Constituição. No Número 2 do mesmo Artigo, especifica-se que “O Estado garante e promove o desenvolvimento rural para a satisfação crescente e multiforme das necessidades do povo e o progresso económico e social do país”.

Segundo Mosca (2010a), com excepção dos primeiros anos após a independência (entre 1977 e meados da década seguinte), a agricultura não foi priorizada. Esta constatação fundamenta-se na prática da política económica e agrária. Apenas algumas informações que justificam o afirmado:

- Durante a primeira década deste século, as dotações orçamentais para a agricultura situaram-se abaixo dos 3%, exceptuando-se nos últimos três anos que têm aumentado ligeiramente, (www.portaldogoverno.gov.mz).
- O sector agrário recebeu 26,9% do total do investimento realizado na economia na primeira década deste século. Apenas dois projectos florestais, representam perto de 73% do IDE realizado no sector agrário entre 2001 e 2010 (Centro de Promoção do Investimento - CPI). Pode concluir-se que o investimento para o conjunto do sector, sem os dois projectos, é muito baixo. Entre 1992 e 2003, a agricultura representou 9,8% do investimento total realizado e aprovado pelo CPI (total de 12.743.506.516 dólares), Mahomed (s/ data). Num período mais amplo (entre 1990 e 2005), Almeida Matos (s/ data) refere que o IDE na agricultura representou sensivelmente a mesma percentagem: 8,9%.

¹ Doutor em Economia Agrária e Sociologia Rural. Director do Observatório do Meio Rural. Docente e investigador na Universidade Politécnica (Maputo). joao.mosca1953@gmail.com.

- Sendo Moçambique um país com grande dependência de recursos externos (investimento directo estrangeiro, cooperação e donativos), entre 2005 e 2011, a agricultura foi contemplada com 7,6% do total de influxos da cooperação, (ODAMoz, 2008)².
- O crédito demonstra sinais semelhantes: a agricultura recebeu cerca de 9,4% do total concedido à economia entre 2000 e 2010 e foi o sector onde o crédito menos aumentou durante esse período (Banco de Moçambique, vários anos em www.bancomoc.mz).
- Os preços reais da maioria dos bens agrários têm evoluído negativamente para o produtor primário³. Complementarmente, não existem políticas de subsídios verificando-se várias formas dispersas, incoerentes e muito temporárias de apoio financeiro.
- A política cambial muitas vezes com sobrevalorização da moeda nacional (Metical), dificultou as exportações e facilitou as importações de bens alimentares, sobretudo da África do Sul, com consequências sobre a produção local, mesmo que em benefício dos consumidores, sobretudo os urbanos e, destes, principalmente de Maputo⁴.
- Não têm sido afectos recursos para a extensão rural pública, manifesto no facto que em 2010, na rede pública, havia um número de extensionistas aproximado aos de finais da década dos anos oitenta (embora com elevação da qualificação técnica). Existiam respectivamente entre 700 e 800 extensionistas⁵.
- O capital directamente produtivo tem vindo a degradar-se. As actuais áreas de regadio em funcionamento representam perto de 30% da superfície infra-estruturada existente em meados dos anos oitenta⁶. Assistiu-se a uma perda em mais de 30% do palmar⁷ sobretudo em consequência da doença do amarelecimento letal do coqueiro. Uma parte importante das plantações de caju⁸ e chá envelheceram. O mesmo aconteceu com os

² Os dados a partir de 2008 são previsionais, tendo em consideração os acordos e compromissos assumidos. Não há conhecimento público de informação sistematizada mais actualizada.

³ Edwards *et al* (1990), citados por Abrahamsson e Nilsson (1994: 57), demonstram a perda das relações de troca da produção de pequena escala entre 1976 e 1989. Após a liberalização dos mercados e dos preços internos, verifica-se grande variabilidade sazonal dos preços, a existência de múltiplas distorções dos mercados (estruturas monopolistas, ajuda alimentar, fluxos transfronteiriços, dificuldades nas vias de comunicação entre zonas produtoras e consumidoras, instabilidade da oferta, etc.). Mosca (2010a: 149), depois de analisar vários estudos de finais da década de 90 e da primeira deste século, sugere: *Confirma-se que os termos de troca entre os produtos agrícolas e os restantes continuam desfavoráveis para o sector agrário*.

⁴ O câmbio tem variado significativamente ao longo dos últimos anos. Várias razões o justificam: (1) as flutuações entre moedas no mercado mundial (sobretudo entre o dólar americano e o euro e, na região, o rand); (2) injeção pelo Banco Central de divisas no mercado secundário relacionado com ciclos políticos internos e a sobrevalorização da moeda local para evitar a inflação e manter o custo de vida principalmente nas cidades e sobretudo em Maputo para evitar tumultos populares; (3) entrada irregular de capitais do investimento directo estrangeiro; (4) variações significativas do volume das exportações e dos preços devido à crise internacional; e, (5) preços do petróleo. Moçambique possui uma taxa de abertura da economia [(importações+exportação)/PIB], muito elevado (cerca de 60%). Para tais informações consulte-se Banco de Moçambique (vários anos).

Sobre a sustentabilidade da dívida externa, Ossemame, (2009), refere na conclusão: “Com efeito, apesar dos indicadores revelarem a capacidade da economia de gerar riqueza, estes pouco ou nada dizem sobre a capacidade do país de reter a riqueza gerada para responder às obrigações decorrentes da sua dívida bem como aos seus restantes desafios de desenvolvimento”. A redução que a dívida tem verificado nos últimos anos é consequência de perdões, sobretudo dos países cujas empresas possuem grandes investimentos em Moçambique.

⁵ Para conhecimento sobre o processo de implantação do sistema de extensão rural em Moçambique veja Gêmo (2006).

⁶ Do total de cerca de 120.000 hectares de área equipada inventariada, apenas cerca de um terço (40.000ha) da área estava de facto em operação em 2002 (MINAG, 2010: 13).

⁷ Moçambique possuía o maior palmar do mundo, localizado na província da Zambézia.

⁸ Moçambique foi na década dos anos 70 do século XX o maior exportador mundial de caju, com cerca de 220 mil toneladas; actualmente as exportações rondam as 80 mil toneladas. O país exportava em meados

citrinos juntando-se neste caso a perdas de áreas. A fauna bravia foi dizimada pela guerra e caça furtiva⁹. O stock florestal está sendo reduzido por corte predador do negócio da madeira recente e em desenvolvimento.

Esta realidade pode questionar sobre a constitucionalidade dos sucessivos orçamentos e planos quinquenais e anuais aprovados na Assembleia da República.

A política agrária e rural, bem como a política económica, os modelos de desenvolvimento e os padrões de crescimento económico, têm sofrido variações constantes de grande amplitude, acompanhadas de instabilidade institucional¹⁰ e grande escassez de recursos.

Como consequência, o comportamento do sector agrário e do desenvolvimento rural tem-se revelado ineficaz e ineficiente. Apenas algumas informações que fundamentam o afirmado:

- A produção de alimentos por habitante entre 1961 e 2003 manteve-se estacionária: a produção agrícola *per capita* do país encontra-se presentemente nos níveis de há 50 anos atrás” (Governo de Moçambique, 2007: 9)
- Os rendimentos por hectare das principais culturas têm-se mantido constantes e em níveis muito baixos¹¹.
- O grau de integração dos pequenos produtores no mercado é muito limitado. Apenas 3,7% das explorações agrícolas usam fertilizantes, 2,5% utilizam pesticidas, 5,3% das explorações são irrigadas, 1,6% usam meios mecânicos (tractores) e perto de 0,3% possuem moto ou electro-bombas (INE, 2010).

A participação da agricultura na formação do PIB entre 2001 e 2010 foi de entre 23% e 24%, Banco de Moçambique (vários anos). Na primeira década deste século, o crescimento do sector agrário foi de entre 5% e 10%, sensivelmente o mesmo ritmo que o verificado para o PIB: no mesmo período, a produção agrária cresceu 1,6 vezes e o PIB 1,5 vezes (Mosca, *et al*, 2011)¹².

Facilmente se concluirá que, para além da estagnação ou mesmo retrocesso em muitos elementos do desenvolvimento agrário, não existiram transformações estruturais, tanto da base produtiva (ocupação do solo, tamanho das explorações e infra-estruturas produtivas), nas tecnologias (sementes melhoradas uso de insumos e na integração das pequenas explorações na economia) e na produtividade.

É assim facilmente compreendido que a agricultura moçambicana não tem desempenhado os papéis tradicionais do sector e os acometidos pela governação, nomeadamente:

- O crescimento da produção alimentar tem sido inferior ao da população, continuando a ocorrer, mesmo que esporadicamente, situações de fome. A balança comercial de

dos anos 80, em plena guerra, cerca de 18 mil toneladas de chá; actualmente não ultrapassa as mil toneladas.

⁹ Em 2006, o Parque Nacional da Gorongosa (então um dos parques de caça mais famosos do mundo), os efectivos representavam as seguintes perdas em relação à existência em 1972⁹: elefantes, 89%; hipopótamos, 97%; búfalos, 100%; zebras, mais de 99%;leões, 90%; elandes, 90%; impalas, 50% e kudus, 50% - Dados recolhidos da Conferência proferida por João Viseu no Seminário sobre a Economia de Sofala realizada na Universidade Jean Piaget, na Beira, a 23 e 24 de Setembro de 2008.

¹⁰ Aconteceram sucessivas mudanças orgânicas ministeriais, acoplamento e desmembramento de mandatos, alterações hierárquicas de funções entre secretarias de estado, direcções nacionais e departamentos, diversas formas de (des)centralização de funções e articulação, etc. Durante os cerca de 35 anos após a independência, já existiram doze ministros da agricultura, uma média de três anos cada.

¹¹ O documento do Ministério das Finanças (2010), revela claramente que, embora com sensíveis alterações de curto prazo, os rendimentos por hectare não se alteraram substancialmente nos últimos 50 anos.

¹²Verificou-se no mesmo período uma desindustrialização, redução da produção de pescas e um crescimento superior ao PIB de todos os sectores de serviços, principalmente nos sectores financeiro, comércio, transportes e comunicações.

alimentos entre 2002 e 2009 teve uma tendência para o agravamento do défice, Ministério da Agricultura (2010). O país mantém-se deficitário em alguns bens essenciais, como no arroz, trigo, carnes, batata, tomate, e alguns vegetais¹³.

- A pobreza não decresce, sendo mais acentuada no meio rural. Estudos de avaliação indicam uma redução da pobreza de 69,4% da população em 1996/97 para 54,1% em 2002/2003, tendo crescido para 54,7% em 2008/09, sendo os dados para o meio rural para os três momentos de respectivamente 71,3%, 55,3% e 54,7% (MPD, 2010). Em termos de número de pobres, existiam em 1996/97 aproximadamente 11,1 milhões de moçambicanos, tendo em 2002/2003 reduzido para cerca de 10 milhões. A última avaliação da pobreza ponderada pelo crescimento demográfico, indica que em 2008/09 existiam cerca de 12,8 milhões de pobres (Mosca *et al*, 2011).
- O abastecimento à indústria alimentar tradicional não alcançou os níveis de 1973 (ano de maior produção média do período colonial) nem os verificados em princípios da década dos anos oitenta (Mosca, 2010a).

Não menos importante que os dados estatísticos, é a análise das dinâmicas económicas e sociais. Após o fim do conflito, reconfiguraram-se mecanismos de transferência de recursos do campo para a cidade e para o exterior¹⁴, o tecido económico rural e as rupturas nas funcionalidades da economia agrária com o urbano não foram recuperadas¹⁵ e as fontes geradoras de emprego e de rendimento tardam em surgir¹⁶. Emerge um tecido empresarial citadino que actua sazonalmente no meio rural para a captação de excedentes produtivos¹⁷. A manutenção das estradas secundárias e terciárias não são priorizadas em relação às primárias, o que dificulta a mobilidade de pessoas e mercadorias no espaço rural.

¹³“... a produção e produtividade agrária ainda não atingiram níveis satisfatórios, registando-se um défice em produtos alimentares básicos como arroz na ordem de 316 mil toneladas e o trigo com um défice de 469,500 toneladas. O Balanço Alimentar Nacional aponta para existência de défice de outros produtos alimentares básicos tais como batata-reno (169,300 toneladas), frango (24,000 toneladas), óleo alimentar (50,400 toneladas) e peixe (54,000 toneladas)”, República de Moçambique (2008).

¹⁴ Através da extracção dos excedentes exportáveis, do assalariamento nas minas, do garimpismo, do êxodo rural, etc.

¹⁵ Sobretudo as trocas comerciais formais, a prestação de serviços aos produtores, a comercialização por agentes económicos residentes no meio urbano e a pequena transformação de produtos agrícolas.

¹⁶O volume de trabalho outrora existente (época colonial e no período “socialista”) nas lojas rurais (“cantinas”), nas pequenas indústrias, nas grandes plantações, nas serrações, etc., ainda não foi recuperado. Na zona sul do país, a emigração para a África do Sul diminuiu (de uma média de cerca de 100 mil emigrantes em meados da década de setenta para menos de 40 mil imediatamente após a independência, mantendo-se sensivelmente nos mesmos níveis até à actualidade), Mosca (2005). A administração pública foi provavelmente o único sector que aumentou o emprego ao nível dos distritos.

¹⁷ Comerciantes e empresas, licenciados ou não, nacionais e estrangeiros, actuam no meio rural nos momentos das colheitas da produção agrícola para aquisição dos excedentes e escoamento para o abastecimento urbano mas, principalmente, para exportação. É o caso do caju, gergelim, feijões, amendoim entre outros produtos. Há comerciantes de origem asiática (sobretudo paquistaneses) que se deslocam a Moçambique para a comercialização do caju. Estabelecem “parcerias” com comerciantes também asiáticos e que vivem em Moçambique. O Director Adjunto do Instituto Nacional do Caju (INCAJU) disse em entrevista ao autor deste texto: Há vários mecanismos de priorização das exportações incluindo o *dumping*. Procurou-se atrasar o período do ano a partir do qual as exportações eram autorizadas para dar oportunidade aos industriais de concorrerem com algum protecçãoismo temporário (durante algum tempo após o início da campanha) na compra da castanha aos comerciantes. Há grandes conflitos de interesse entre exportadores e industriais. Existem agentes económicos que são simultaneamente industriais e exportadores que decidem pela industrialização ou pela exportação, conforme os interesses que o mercado e as circunstâncias favorecerem. Os exportadores nacionais e os industriais são contra a entrada de indianos vindos da Índia especificamente para a comercialização. A Índia não é auto-suficiente e necessita da matéria-prima moçambicana”, em Mosca (2010: 358). Para uma apreciação sobre o processo de privatização da indústria de caju e as posteriores consequências veja por exemplo Leite (1999).

Surgiu a economia informal que cria a curto prazo o auto emprego, gera algum rendimento às famílias, garante a oferta de bens essenciais e contribui para o dinamismo económico¹⁸. No entanto, a longo prazo, este tipo de economia pode constituir um obstáculo ao desenvolvimento, Mosca (2008)¹⁹.

Após o Acordo Geral de Paz (1992) e sobretudo a partir do início da primeira década de 2000, existiram resultados e comportamentos positivos, destacando-se:

- O aumento da produção de algumas culturas alimentares realizadas pelos pequenos produtores, sobretudo o milho, a mandioca e os feijões, reduzindo a ajuda alimentar para momentos pontuais derivados de catástrofes naturais (cheias e secas).
- Verificou-se a recuperação dos efectivos pecuários²⁰.
- Ressurgiu a produção de tabaco em larga escala realizada por empresas oriundas do Zimbabué²¹ e por subcontratação dos pequenos produtores. Verificou-se a reabilitação da indústria de açúcar²², estando em curso a recuperação de algumas culturas de exportação (algodão e caju)²³ através de investimentos de várias origens.
- A formação, seja no sistema de ensino no âmbito do Ministério da Educação, como em acções de formação no Ministério da Agricultura, resultou em milhares de técnicos de diversos níveis e especialidades.
- A investigação agrária, não obstante a grande escassez de recursos, realizou estudos que acrescentaram conhecimento sobre as realidades (estudos de solos, clima, zoneamentos agrários, conhecimento de doenças e pragas, produção de vacinas, melhoria genética pecuária, etc.), libertaram-se variedades de sementes melhoradas adaptadas às diversas condições do país, realizaram-se estudos económicos e organizou-se um sistema semanal e mensal de informação de preços e mercados à escala nacional²⁴, entre outros aspectos.

¹⁸ Frias (2006), refere-se à organização dos mercados informais na cidade de Maputo, ao papel da mulher, às transformações sociais e de relações no seio das famílias e na sociedade e as difíceis condições de abastecimento durante o conflito.

¹⁹ Mosca (2010), apresentou esta hipótese na comunicação “Informalidades nas Organizações Formais e Desenvolvimento” no *Workshop* Trabalho, Sociabilidade, Informalidade e Geração de Rendimento no Espaço Lusófono, organizado pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa, realizado nos dias 28 e 29 de Setembro.

²⁰ Vários factores contribuíram para a recuperação dos efectivos pecuários, destacando-se: (1) o significado económico e simbólico da posse de animais (sobretudo de bovinos) enquanto bem de reserva de valor, de meio de trabalho, de poder e prestígio social; (2) a importação de animais; (3) a acção da extensão rural e das ONGs; (4) a privatização para técnicos pecuários e organização dos efectivos em moldes empresariais; (5) programas de vacinações e de controlo sanitário; e, (6) comercialização de gado. Persistem ainda dificuldades, como sejam os roubos e a baixa cobertura sanitária.

²¹ Aquando da crise na agricultura do Zimbabué, onde a ocupação das terras dos agricultores brancos foi uma das facetas, muitos destes empresários emigraram para Moçambique e iniciaram a actividade agrária em vários pontos do país. Os investimentos na cultura de tabaco foram os que produziram melhores resultados.

²² Moçambique beneficia dos acordos preferenciais de Lomé. O açúcar é exportado a preços acima dos praticados no mercado internacional. Consequentemente, surgiram investimentos neste sector, sobretudo da região austral de África no âmbito da SADC (capitais sul-africanos e mauricianos) que recuperaram as açucareiras então existentes e que se encontravam praticamente paralisadas por efeitos da crise económica e dos efeitos da guerra.

²³ Ainda não foram alcançados os valores da fase final colonial nem dos verificados em princípio dos anos 80 em plena guerra.

²⁴ “O Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA) de Moçambique, foi estabelecido pelo Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MADER) em 1991, é encarregado pela colheita e disseminação da informação dos mercados agrícolas. Esta informação inclui dados dos preços, oportunidades específicas do mercado e informação de perspectiva de mercado. O boletim semanal, *Quente-Quente* é complementado por relatórios especiais e os *Flash*, (boletins pontuais). Os técnicos do SIMA asseguram a transmissão da informação via rádio, jornal, televisão, *internet*, e em papel.

Na secção seguinte analisam-se as razões do desempenho do sector agrário e desse passado recente.

3. OS PORQUÊS DA POLÍTICA AGRÁRIA DE MOÇAMBIQUE²⁵

3.1. Os porquês da agricultura e do meio rural não serem prioritários

A importância da agricultura é apresentada nos documentos e discursos oficiais devido aos seguintes factores:

- Mais de 70% da população vive no meio rural e a produção agrária é a base económica dessas famílias.
- A agricultura produz alimentos.
- A maioria do emprego da economia é gerada na agricultura e é o sector gerador de grande parte dos rendimentos das famílias rurais.
- A agricultura tem contribuído significativamente para as exportações.

Estas são as chamadas funções tradicionais da agricultura no processo de desenvolvimento das sociedades a longo prazo. Em resumo, trata-se da agricultura e do sector primário criarem excedentes económicos e acumulação para o desenvolvimento de outros sectores²⁶, onde a transferência de recursos se realiza através de vários mecanismos, como por exemplo, os dos mercados devido à evolução negativa dos preços relativos (relações de troca) ao produtor, do sistema financeiro (poupanças do sector utilizadas em créditos e em investimentos em outras actividades), da mão-de-obra excedentária por meio da maior produtividade e consequentes salários mais elevados nos sectores secundário e terciário, da fiscalidade e do sistema redistributivo do Estado, entre outras. O aumento da produtividade na agricultura permite a transferência desses excedentes, simultaneamente o rendimento dos agricultores, a produção e a produtividade do trabalho e por superfície/cabeça aumentam, provocando transformações estruturais no sector. Desta forma, ao longo de décadas, a agricultura perde peso na economia (menos de 5% do PIB), no emprego (menos de 10%), na balança de pagamento, nos gastos e receitas públicas e no rendimento das famílias.

Nos países como Moçambique e a médio prazo, este processo de extracção de recursos da agricultura e do meio rural (tal como o foi nos países desenvolvidos), não é aconselhável nem possível pelas seguintes razões: (1) não há crescimento industrial e de serviços que absorva a mão-de-obra; e, (2) a urbanização não tem sido resultante do aumento de actividades económicas, de infra-estruturas e prestação de serviços que assegurem a existência de cidades económica e socialmente equilibradas. Porque estes factores não existem, é que se verifica o crescimento urbano sem processos de transição económica, social e cultural, resultando em aglomerados onde a cidade se ruraliza e nascem subúrbios sem condições de vida. A sobrevivência de grande parte dos cidadãos é assegurada através de economias informais e múltiplas actividades, muitas delas ilegais e ilícitas, marginalização e insegurança social.

Portanto, a primeira grande diferença é que a curto e médio prazo, o êxodo rural deveria ser retido, não administrativamente mas através do desenvolvimento rural que permita a emergência de um tecido económico articulado que localize a acumulação no território e aí crie emprego, maiores e mais diversificados rendimentos das famílias, melhor cobertura de serviços básicos à população, formação profissional de qualidade, informação, democracia e participação

Um total de 25 produtos são cobertos em 27 mercados nos níveis do produtor, grossista e retalho”, em www.sima.minag.org.mz, obtido em 22 de Agosto de 2009.

²⁵ Esta secção contém partes de textos da coluna *Economicando* do mesmo autor editada quinzenalmente no semanário SAVANA de Maputo. A transcrição de partes desses textos foi gentilmente autorizada.

²⁶ Para um estudo teórico deste processo, veja o modelo dual de desenvolvimento de Lewis.

comunitária nas decisões locais, instituições públicas fortalecidas, transparentes e servidoras dos cidadãos.

Uma segunda razão que justifica a prioridade do sector agrário, é a necessidade de eliminar a pobreza. No meio rural vive cerca de 75% da população, lá se encontra a maioria dos pobres, de pessoas com fome, onde existem menores oportunidades de obtenção de rendimentos e menos serviços públicos básicos. É no campo onde se realiza a produção alimentar, um dos principais pilares da pobreza (MPD, 2010). Isto quer dizer que a eliminação da pobreza passa necessariamente por maior produção e melhor oferta de bens alimentares e pela geração de rendimentos dentro e fora da agricultura. Para que isso aconteça, a produção agrária deve ser aquela que gera a maioria dos rendimentos, o que apenas é possível com o aumento da produtividade resultante da capitalização das explorações, com mais serviços aos produtores e às pessoas, com a evolução positiva dos preços reais ao produtor, com incentivos à modernização (intensificação do capital e reformas na ocupação da terra a médio e longo prazo), sistemas de comércio rural articulados e formais, com medidas para reduzir as distorções dos mercados, com mais informação sobre os preços, com mais transportes e comunicações, com sistemas de regadios eficientes e com agricultores formados para a produção com rega, com organização dos produtores para a defesa e reivindicação dos seus interesses. Só assim será possível inverter a actual tendência, onde os agregados rurais menos pobres são os que menos dependem da produção agrícola, Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (2004), reduzindo esta actividade para a obtenção de alimentos para a sobrevivência das famílias.

Uma terceira grande função é o da equidade social, espacial e as bases da construção das nações, Mosca (2004)²⁷. Se uma parte significativa dos camponeses saírem da pobreza e reduzirem o risco da insegurança alimentar, se aumentarem os rendimentos monetários, se houver mais acesso a serviços e mais oportunidades para desenvolver actividades económicas, está-se, necessariamente, a alargar a base social produtiva, de geração e redistribuição da riqueza e de acumulação. Seria um desenvolvimento socialmente mais inclusivo. O êxodo rural poderia diminuir e com isso os perigos de instabilidade social nos meios urbanos.

Finalmente, quarto, através do desenvolvimento rural, com prioridade para a agricultura e a produção alimentar em particular, enfocado nos pequenos produtores e assente numa base social ampliada de geração de riqueza e de acumulação, obtinha-se, em grande medida, um desenvolvimento territorial mais desequilibrado. Em países com grandes diferenças étnicas com sequelas históricas recentes e remotas, o equilíbrio espacial parece ser importante para assegurar uma maior estabilidade política²⁸ que tem sido disfarçada com distribuições fictícias de posições nas hierarquias dos sistemas do poder e distribuição hierarquizada de interesses e benesses económicas (Mosca 2004). A longo prazo, só será possível a construção de um Estado coeso com várias nacionalidades se existir equidade do desenvolvimento espacial. A frase *um só povo* é mais um *slogan* que camufla as realidades, mesmo que em determinados momentos históricos tenha sido uma manipulação politicamente compreensível.

²⁷ O Capítulo *Etnias – Poder – Desenvolvimento – Nação* do livro S.O.S. África, Mosca (2004), refere a importância da agricultura no desenvolvimento, destacando a questão da equidade social e espacial na construção das nações e das identidades nacionais, face aos riscos de instabilidades políticas e de segurança com motivações diversas com e sem manipulações étnicas. Bangura (1992), refere a importância dos serviços públicos únicos (correios, estradas e transportes públicos, comunicações, saúde e educação, etc.), como elementos fundamentais para a criação das identidades e construção das nações africanas.

²⁸ África está plena de conflitos em que a luta pela posse e controlo de recursos, bem como o acesso aos benefícios da exploração desses recursos é seguramente uma das causas/motivações. Collier *et al* (2003), comenta que um dos elementos comuns aos conflitos do Rwanda, Camboja, Guatemala e Somália foram as iniquidades, a exclusão e a indignidade das elites. Colleta e Cullen (2000), referem-se aos efeitos do “global” sobre a transição do capital local, designadamente das formas de articulação que servem de base à organização social das comunidades. As elites locais foram excluídas e marginalizadas.

Os objectivos ou as funções referidas podem ser alcançáveis simultaneamente, mesmo que em cada fase exista uma maior prioridade na afectação de recursos para uma das funções. Por isso são recomendáveis governações e instituições estáveis, políticas consistentes e coerentes a longo prazo. Gestão macroeconómica flexível que permita ajustamentos conjunturais mas sempre centrada nos objectivos referidos.

Estas opções são passíveis de críticas. As principais são as seguintes: (1) regra geral, a agricultura e a produção alimentar não asseguram a maior eficiência competitiva na afectação dos recursos escassos; (2) o crescimento económico pode ser por isso menos rápido; (3) a priorização da agricultura, da produção alimentar e dos pequenos produtores, exige intervenções e políticas públicas pró activas que atenuem ou invertam a tendência dos mercados, sobretudo na afectação de recursos (crédito, investimento privado, recursos da cooperação, estrutura dos mercados, no sistema educativo e prestação de serviços básicos aos cidadãos, etc.); e, (4) as representações sociais do meio rural não são, excepto nos momentos eleitorais, influentes nos processos de decisão de política económica e social.

A argumentação em defesa desta prioridade não tem força apenas no quadro da teoria económica. São necessárias abordagens que envolvam a segurança alimentar como um pilar de soberania, a questão da equidade social e territorial como elementos de estabilidade política e social, a eliminação da pobreza como um imperativo nacional e não apenas por razões humanitárias mas também de natureza económica²⁹. O crescimento menos rápido mas com desenvolvimento sustentável e mais endógeno, é um forte argumento para justificar taxas de crescimento mais baixas. O debate economicista e politicamente de raio curto, relega inevitavelmente a agricultura e o meio rural para um segundo plano.

3.2. Os porquês da produção alimentar não ser prioritária

Esta secção tem como ênfase a produção de produtos alimentares básicos (milho, mandioca, feijões, amendoim, batata doce, etc.). Os bens exportáveis (algodão, caju, chá, copra, tabaco, etc.) e os vegetais para abastecimento das cidades (batata, cebola, couves, tomate, etc.) não são abordados por possuírem análises diferenciadas. Concentra-se a análise nos bens que sustentam e reproduzem o essencial da pobreza em Moçambique.

Em relação aos bens alimentares básicos, consideram-se os seguintes pressupostos: (1) o sector é menos eficiente, possui uma baixa competitividade, Mosca (2010a) e Uaiene (2012), é pouco rentável e comporta riscos acrescidos comparativamente a outras alternativas de investimento; (2) não existiram políticas económicas e agrárias que atenuassem os *handicaps* das desvantagens competitivas do sector resultantes do mercado liberalizado ao nível da SADC (Southern Africa Development Community)³⁰; (3) a cooperação em sintonia com a governação, reforçou a política de não ter política agrária (Mosca, 2010a) e considerou-se o objectivo da

²⁹ A segurança alimentar é defendida sobretudo com o argumento das flutuações da oferta e dos preços mundiais, alterações de políticas de abertura e protecção dos grandes produtores e consumidores, capacidade dos países menos desenvolvidos de importarem grandes quantidades de bens alimentares por escassez de recursos, entre outros aspectos. Por outro lado, políticas de segurança alimentar implicam elevados custos de aquisição e armazenamento. A priorização interna da produção alimentar pode não representar a afectação mais eficiente dos recursos da economia sendo, por isso, necessário encontrar os compromissos ajustados em cada momento entre eficiência e segurança alimentar (equidade). Fenómenos de instabilidade social, da crise económica internacional e das políticas descontínuas em momento de crise alimentar, recolocaram este tema na agenda dos países desenvolvidos e das organizações internacionais.

³⁰ Não existem estudos que indiquem as vantagens competitivas da agricultura moçambicana relativamente à África do Sul de onde provém a quase totalidade dos bens alimentares importados. Sabe-se que quando os bens importados entram no mercado, a maioria dos produtores nacionais não coloca a produção por razões de preços.

auto-suficiência alimentar um “objectivo político demasiado dispendioso”³¹, conforme referia o Banco Mundial há alguns anos atrás³².

Por outro lado, a agricultura e particularmente os produtores agrários não estão suficientemente organizados para reivindicarem os seus direitos, influenciarem os centros de decisão económica e fazerem *lobby* político. Os camponeses nunca estiveram representados nos órgãos do poder. O *slogan* “Estado de operários e camponeses” foi, quanto muito, uma utopia descontextualizada de uma elite intelectualizada e minoritária. As pessoas oriundas do meio rural e que pertencem aos órgãos da democracia não têm voz ou, se a têm, são controladas pelas máquinas partidárias e não representam os interesses nem prestam contas junto dos seus respectivos ciclos eleitorais. As organizações dos produtores são frágeis e não possuem o apoio necessário do Estado³³.

Conforme já referido, a cooperação também não tem priorizado a agricultura e menos a produção alimentar. Justifica-se pela baixa competitividade do sector no mercado internacional e pelas razões acima expostas e que não atraem o investimento. As razões são reais, mas o que está por detrás dessa realidade constitui as verdadeiras motivações. Os países desenvolvidos são os maiores produtores e excedentários de bens alimentares. Nessas sociedades, as políticas agrárias são importantes para as coesões e equilíbrios sociais e territoriais internos³⁴. Igualmente para as questões ambientais, Arnalte (2012). Também para efeitos eleitorais mesmo que a população rural nesses países represente menos de 10% do eleitorado. Por isso dedicam muitos milhões de dólares de subsídios de diversos tipos, investimentos públicos elevados, possuem mecanismos proteccionistas e promovem as suas exportações ou canalizam os excedentes através da ajuda alimentar que faz parte das lógicas e estratégias de cooperação e de poder entre as nações e blocos económicos. Apoiar de forma massiva a produção agrícola e principalmente de bens alimentares nos países pobres, seria criar a própria concorrência em espaços com eventuais vantagens comparativas e impor reformas drásticas nas políticas agrárias dos países desenvolvidos. Finalmente, a segurança e determinados níveis de auto-suficiência alimentar, constituem nesses países uma questão de soberania.

³¹ O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial do BM de 1986, na página 82, afirma: “Mas a questão-chave não é segurança alimentar mas a vantagem comparativa. Se um país pode fazer um melhor uso dos seus recursos em exportações – agrícolas ou não –, não há razões para desperdiçar recursos na busca da auto-suficiência em alimentos ... a auto-suficiência alimentar permanece um objectivo popular anti-económico e alguns países estão dispostos a exporem-se a altos custos para alcançá-la”. Em Moçambique, embora exista um documento intitulado *Estratégia da Segurança Alimentar e Nutricional 2007-2015*, na prática não são perceptíveis medidas coerentes e contínuas de implementação.

³² Durante os últimos anos, e face à crueldade das realidades, as Instituições de Bretton Woods (IBW) já consideram a importância da agricultura enquanto produtora de alimentos assim como algum grau de segurança alimentar. As IBW têm demonstrado algum ajustamento nos seus paradigmas tradicionais/convencionais e modelos de crescimento económico, considerando a importância da redução da pobreza e de crescimento mais equitativo (FMI, 2011). Pode-se sugerir que a razão fundamental dos ajustamentos reside no receio de processos de revolta popular e de situações de instabilidade política que agravariam ainda mais as crises prevalentes em certas regiões e no mundo.

³³ O exemplo evidente é a União Nacional de Camponeses (UNAC) que não tem qualquer dotação do orçamento público ou através de outra qualquer forma de suporte ou incentivo do Estado. Todo o apoio que recebe é de organizações internacionais. A sociedade civil é vista pelo poder como uma ameaça, como críticos (no sentido político de oposição), “apóstolos da desgraça” composta por pessoas “que só criticam”.

³⁴ “O total da APD (Ajuda Pública ao Desenvolvimento) dos países membros do CAD (Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento), foi em 2001 cerca de 52 mil milhões de dólares, enquanto os subsídios agrícolas dos mesmos foram de 311 mil milhões de dólares, cerca de seis vezes mais (PNUD, 2003: 156). O PIB da ASS (África Sub-Sahariana) é de 301 mil milhões de US\$, menos dos que os agricultores da OCDE recebem de subsídios agrícolas. A UE afectou 903 US\$ de subsídio por vaca anualmente, sendo o rendimento *per capita* anual da ASS de 490 USD (menos de metade) e a ajuda da União Europeia para a ASS é de 8 USD por africano (PNUD, 2003: 155). Cada vaca japonesa recebe anualmente 2.700 USD de subsídios, enquanto este país contribui com 1,47 USD *per capita* para a ASS”, em Mosca (2004: 107 e 108).

O problema nos países pobres não é apenas a falta de recursos para o desenvolvimento. Alguns destes países são ricos em recursos naturais mas não têm dedicado muita importância à agricultura e ao meio rural. Lembra-se da produção alimentar quando há crise nos mercados internacionais (baixa dos preços) dos seus principais produtos de exportação³⁵.

Se o exposto é aceite, então porque razão muitos desses países não prestam atenção à agricultura e à produção alimentar? No caso de Moçambique, referem-se as seguintes:

- Primeiro, a produção de bens alimentares não é exportável porque não competitiva, não sendo por isso do interesse do investidor externo.
- Segundo, como o investimento interno é, em muitos casos, um complemento do investimento directo estrangeiro, pelas razões acima expostas, poucos empresários nacionais investem na agricultura³⁶.
- Terceiro, a economia e os mercados rurais estão fragmentados e desarticulados, com poucas relações formais com o urbano e com o exterior, e são fortemente distorcidos (monopólios, assimetria de informação, diferente capacidade negocial, mercados monopsonicos, intervenções desajustadas do governo, etc.).
- Quarto, a rede de serviços à produção (comercialização, logística, transportes, etc.), às empresas (assistência técnica, assessoria de gestão, auditorias, fiscalidade, etc.) e aos cidadãos (educação, saúde, segurança social, etc.) no meio rural, é muito débil ou inexistente, o que dificulta o investimento (elevados custos de transacção e de transporte) e a atracção e retenção de técnicos.
- Quinto, existem lacunas ou elementos de não políticas económicas e agrárias que não incentivam o investimento na agricultura. Existe a percepção que um conjunto de factores institucionais dificulta o investimento, como por exemplo, a questão dos direitos de propriedade, a lei laboral excessivamente “nacionalista” e proteccionista do trabalhador, o precipitado desarmamento alfandegário ao nível da SADC³⁷, a ausência de incentivos para a modernização da estrutura agrária, o fraco desenvolvimento do sistema de crédito e seguros para a agricultura, políticas económicas incoerentes com a

³⁵ A crise internacional de 2008 e 2009, a forte volatilidade dos preços internacionais de matérias-primas, bens alimentares e recursos energéticos, exemplificam bem o referido. Alguns países africanos exportadores de petróleo “despertaram”, pelo menos ao nível do discurso político, para a importância da agricultura e da segurança alimentar no período pós crise.

³⁶ Segundo dados do CPI, Mosca, Abbas e Bruna (2011), o investimento nacional aprovado entre 2001 e 2010 representou menos de 5% do total do investimento na economia moçambicana. Cerca de 40% foi investimento directo estrangeiro e 55% proveniente de empréstimos quase na totalidade concedido por instituições financeiras internacionais e bancos no exterior.

³⁷ Sobre o debate do livre comércio ou do *laissez-faire* e dos graus de proteccionismo, Ha-Joon Chang no livro *Chutando a Escada, A estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica*, assim como outros historiadores económicos, fundamenta que as políticas outrora adoptadas pelos países hoje desenvolvidos e que lhes permitiram alcançar os actuais níveis de desenvolvimento, são bem diferentes das políticas por eles preconizadas (Consenso de Washington). Significa que os países desenvolvidos alcançaram patamares de desenvolvimento à custa dessas políticas (nomeadamente a gestão entre a protecção e a abertura alfandegária) e que hoje chutam essa escada (as políticas) evitando (ou dificultando) o desenvolvimento dos países pobres.

Moçambique desarmou de forma muito rápida as barreiras e taxas alfandegárias no âmbito da SADC. As importações alimentares aumentaram rapidamente desde então, fazendo concorrência aos agricultores nacionais. Os principais ganhadores destas medidas são os consumidores urbanos (sobretudo os mais pobres da cidade capital), em coerência com a persistente política de *urban bias* de Maputo, onde a valorização fictícia do metical até 2011, os subsídios aos combustíveis e a alguns bens alimentares essenciais, são exemplos desta opção. Esperava-se que o aumento das importações permitiria recaudações de impostos por via do IVA (imposto sobre o valor acrescentado) e do IRPC (imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas), compensando a perda de receitas alfandegárias.

Angola não aderiu à Zona de Comércio Livre nem União Aduaneira por conhecer da capacidade competitiva da agricultura sul-africana e possíveis efeitos sobre a agricultura do país.

prioridade da agricultura (por exemplo a sobrevalorização do metical³⁸), entre outros aspectos.

- Sexto, não existem políticas de preços e de mercados estáveis a longo prazo, gerando instabilidade e incertezas nas decisões produtivas, Mosca (2010a).
- Sétimo, não há incentivos para a emergência de um empresariado agrícola que invista no território, retenha valor acrescentado no meio rural, dinamize as relações intersectoriais, localize a acumulação e a sua aplicação no local da produção primária.
- Sétimo, as instituições locais do Estado e da sociedade civil são débeis e, também por isso, regra geral, não são promotoras (facilitadoras) do desenvolvimento, não possuem capacidade de regulação nem de fiscalização. Consequentemente, o tratamento de assuntos administrativos apenas é possível na capital provincial ou em Maputo, agravando os custos de transacção.

Estes são alguns dos aspectos que necessitam ser equacionados para o desenvolvimento da agricultura e do meio rural e particularmente da produção alimentar. Tudo isto exige programas coordenados central e localmente.

3.3. Porque não há prioridade para os pequenos produtores?

Não existe consenso sobre o papel dos pequenos produtores, a seguir também designados (mesmo que de forma imprecisa) por camponeses³⁹, na produção de bens alimentares, especialmente o milho, mandioca, feijões, amendoim bata doce e outros⁴⁰. Alguns dos bens exportáveis e as hortaliças e frutas tem outro enfoque. Neste texto defende-se que o aumento da oferta destes bens dependerá essencialmente deste tipo de produtores.

Após a independência e durante a primeira metade da década de oitenta, os camponeses eram concebidos como uma classe em transição no quadro da ortodoxia ideológica marxista. Os

³⁸ Os especialistas consideram que a moeda local está sistematicamente sobrevalorizada. Motivam esta política cambial: (1) períodos eleitoralistas ou para conter a inflação considerando o peso dos bens alimentares importados na dieta dos cidadãos; e, (2) o perigo de manifestações e revoltas populares como aconteceu a 5 de Fevereiro de 2008 e a 1 e 2 de Setembro de 2010 (para conhecimento deste último acontecimento, veja Mosca (2010b)). Esta política afecta negativamente o sector exportador e a competitividade da economia moçambicana.

³⁹ Esta secção não define ou caracteriza o conceito de camponês/pequeno produtor/pequeno produtor de mercadorias, nem aborda as suas lógicas produtivas e reprodutivas. Serão considerados como tal, os produtores agrários de pequena escala, cuja produção é intensiva em mão-de-obra, sobretudo familiar, pouco integrados no mercado de factores (insumos, máquinas e dinheiro – terra, trabalho assalariado e outras fontes de rendimento não agrícola), que produzem essencialmente para a reprodução da família enquanto unidade económica e social, que nem sempre possuem o mercado como a única e mais importante referência nas suas opções produtivas, não têm necessariamente o lucro como o principal objectivo e, sempre que podem, complementam os rendimentos agrários com outros, dentro ou fora do sector. Para um estudo teórico sobre esta temática veja por exemplo, Shanin (1971 e s/ data), Harriet Friedman (1980), Servolin (1989a), Normam Long (1989). Este debate remonta aos teóricos russos de fins de século XIX, onde Chayanov e, numa outra perspectiva, Kautsky, entre outros, são considerados clássicos.

Em Moçambique, segundo a Missão de Inquérito Agrícola (1973), 99,3% das explorações em 1970 possuía menos de 10 hectares; em 2009, perto de 99,6% das explorações encontravam-se no mesmo escalão de tamanho de área. Um estudo do Ministério da Agricultura (2008), revela que a área média cultivada pelas famílias camponesas variou, entre 1996 e 2002 de 0,35 para 0,40 hectares por AE (Adulto Equivalente).

Para uma breve caracterização dos pequenos produtores agrícolas em Moçambique veja Uaiene (2012).

⁴⁰ No trabalho de Bias e Donovan (2003), constata-se que o milho é produzido em 78,6% das explorações agrícolas. Segue-se a mandioca com 63,2%, o amendoim com 40,6%, o feijão nhemba com 42,5% e a mapira (sorgo) com 26,9%.

discursos de então pretendiam a sua transformação em operários e cooperativistas⁴¹. Qualquer actividade de apoio aos pequenos produtores era politicamente criticada e sancionada⁴².

Após as reformas, foi recuperado o modelo colonial de integração perversa do campesinato, isto é, que os camponeses representam uma força produtiva da qual é necessário extrair recursos, principalmente mão-de-obra barata e excedentes de alimentos e de algumas *cash-crops*. Perversa porque, em termos reais, o sistema de salários e de preços (administrativos ou estabelecidos pelo mercado) são desfavoráveis para a maioria dos bens e ao longo do tempo para os produtores primários, porque o acesso ao crédito é muito menor em comparação com outros sectores económicos, porque os gastos correntes (educação, saúde, emprego, etc.) e de investimento do Estado se concentram nas cidades, entre outros aspectos. Perversa, porque o padrão de acumulação centra-se nas cidades e nos sectores de serviços e em rendas, muitas delas de origem e transparência duvidosa. Integração politicamente oportunista porque as campanhas eleitorais centram-se onde existe população (no campo). A integração é ainda mais perversa quando articulada por novas alianças entre o poder do Estado e as autoridades locais. Pela instrumentalização dos chefes locais como extensões executivas da administração para determinadas funções, bastante à semelhança do praticado no período colonial com os régulos. Pela criação de mecanismos clientelistas criando novas elites locais e marginalizando grande parte da população.

Antes de fundamentar o argumento desta secção, importa desmistificar alguns pressupostos muito utilizados acerca dos camponeses enquanto agentes económicos. Primeiro, não é acertado afirmar-se que não reagem aos incentivos de mercado, como por exemplo os preços⁴³. Segundo,

⁴¹O PPI (Plano Prospectivo Indicativo) para a década de 1980 previa a total socialização do campo.

⁴²A Direcção Provincial de Agricultura (DPA) de Cabo Delgado em 1977/78, iniciou uma tentativa de organizar blocos de parcelas familiares com a seguinte argumentação: a concentração facilitaria o apoio técnico, a comercialização dos excedentes, a venda de factores de produção, etc. Esta iniciativa foi criticada com o fundamento de se estar a fomentar o desenvolvimento da produção individual, cujos camponeses se poderiam transformar em capitalistas, tal como acontecera com os *kulaks* em alguns países africanos. A III sessão do Comité Provincial, ao analisar esta “teoria” concluiu que era reacção e que a adesão massiva às palavras de ordem de cooperativização imediata é a conformation da justeza da nossa estratégia e que não deveríamos avançar em função dum processo ambíguo e fora das realidades”, Revista Tempo, Nº 437, de 18 de Fevereiro de 1979, página 17. Segundo Casal (1991: 64), estas críticas surgiram também do mais alto órgão do Partido em 1978: o relatório do Comité Político Permanente (depois Bureau Político e agora Comissão Política) ao CC da FRELIMO na sua 4ª sessão, “chama à atenção para os ‘desvios chauvinistas dos socialismos específicos’, rejeitando a ideia de que possa existir um socialismo africano ou um socialismo moçambicano”. Negrão (2001:56), refere-se também a este assunto e relaciona o debate dos blocos em Moçambique com o existente na Rússia nos finais do século XIX e posteriormente com a tomada do poder pelos bolcheviques. Considera que em Moçambique, como na URSS, é um debate ideológico em relação ao qual Samora Machel não tomou posição (pelo menos pública), justificada pela visão pragmática do Presidente. Refere, no entanto, que Samora está mais próximo do conceito de camponês de Mao Tse Tung, que considerava o campesinato como “uma força revolucionária porque inimigo dos latifundiários e base de acumulação de capital de que deveriam ser beneficiários”, enquanto que os socialistas europeus (Lenine e Staline) “quando os pobres do campo integravam as suas terras em cooperativas, passavam a ser considerados como aliados úteis da classe operária, só se constituindo em aliança de classe quando se transformassem em proletariado rural”.

⁴³Chibber (1988: 47), afirma: “em muitos países de rendimentos baixos, o crescimento da oferta agrícola atrasa-se pelas más e insuficientes vias e serviços de transporte, investigação sem imaginação e ineficientes serviços de extensão igualmente carentes de imaginação e de eficiência, falta de abastecimento seguro de água e de energia eléctrica, e deficientes serviços de saúde e educação. Uma Lele (1989: 46), confirma Chibber: “Estes aspectos tornaram evidente a necessidade de abordar problemas diferentes dos preços – tais como a posse da terra, a criação e adaptação de novas tecnologias, o acesso ao crédito, os serviços de extensão e os mercados”. Num estudo sobre Moçambique e a Tanzânia, Berthelemy e Morrisson (1989), concluem que o aumento dos preços agrícolas provocou uma redução da produção comercializada devido à ‘penúria do mercado’. Com poucos bens para troca, os produtores obtinham o que anteriormente compravam com a venda de menores quantidades, devido ao efeito do aumento dos preços.

não é completamente verdadeiro que sejam adversos à inovação⁴⁴. Terceiro, é errado pensar-se que os camponeses não possuem lógicas e racionalidades económicas nas suas decisões produtivas nem tenham objectivos a maximizar⁴⁵. Mas é necessário conhecer-se como reagem aos incentivos de mercado, em que condições são inovadores e quais as suas lógicas produtivas. Ou, em que circunstâncias e de que forma um ou mais elementos da família se assalaria no quadro da divisão social do trabalho no seio do agregado. Existe ainda o preconceito de que o camponês é necessariamente pobre. Num outro extremo há a velha corrente do *small is beautiful*⁴⁶. Nenhuma das duas correntes/filosofias/ideologias é certa e não têm evidência empírica.

A fundamentação é a seguinte: primeiro, por razões diversas, a produção camponesa não está, na maior parte dos casos, no seu máximo técnico (conceito da teoria da produção), o que significa que é possível aumentar a produção a curto prazo sem alterações na quantidade e combinação dos factores de produção actualmente utilizados, desde que haja um conjunto de condições a seguir descritas. Segundo, é necessário que os incentivos para o aumento da produção não sejam erráticos, descontínuos e muitas vezes contraditórios, como é o caso da evolução dos preços reais ao produtor e da relação entre os preços “na machamba”⁴⁷ (“à porta da fábrica”) e os preços dos bens mais procurados pelas famílias rurais. Terceiro, é fundamental que o rendimento real das famílias não decresça, isto é, os preços dos bens essenciais ao consumidor (sobretudo rural) evoluam em favor do produtor e que estes cresçam menos rapidamente que a inflação, o que facilita a saída da pobreza⁴⁸. Quarto, é importante reduzir as distorções e melhorar a informação dos mercados, assegurar a compra e escoamento dos excedentes. Quinto, é necessário reduzir perdas de pós-colheita que podem atingir mais de 30% da produção.

A evolução recente da produção agrária moçambicana revela claramente esta argumentação. Durante a guerra, apesar da queda da produção alimentar, esta queda foi inferior ao verificado nas produções de exportação realizadas pelas médias e grandes empresas⁴⁹. Depois do fim da guerra, foram os camponeses os que mais rapidamente aumentaram a produção, sobretudo de bens essenciais, como por exemplo no milho, mandioca e em alguns casos nos feijões e no amendoim. Quando existe mercado, preços favoráveis e assistência técnica (extensão rural), a resposta produtiva de bens exportáveis é rápida como demonstram os casos do tabaco, gergelim e algodão. Recentemente, no Malawi, a resposta da produção de milho a preços favoráveis e à

⁴⁴ Sobre este assunto, veja Moussa (2002), Uaiene (2006), Uaiene *et al* (2009), Cavane e Donovan (2011).

⁴⁵ Este é um tema debatido desde o século XIX, sendo conhecidos os contributos de Chyanov (1974), Lenin (1974), assunto que foi perseguido por vários autores ao longo de todo o século XX, como por exemplo, Schultz (1965) e Servolin (1989b).

⁴⁶ *Small is beautiful* foi (e é), uma corrente de pensamento que argumenta que as empresas de pequena escala são geralmente mais rentáveis e eficientes, têm maior flexibilidade nos processos de decisão e de ajustamento às mudanças dos mercados, possuem maior capacidade de inovação, possuem atendimentos personalizados, etc. Na agricultura, esta corrente foi utilizada em defesa dos pequenos produtores, contra a penetração do capital agrário no meio rural, as deseconomias de escala, os efeitos ambientais negativos das grandes explorações, o trabalho sazonal, os fluxos migratórios, a semi-proletarização, os efeitos sociais, entre outros aspectos.

⁴⁷ Termo utilizado em Moçambique correspondente à parcela agrícola.

⁴⁸ Se a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor for inferior ao aumento dos preços dos bens alimentares ao consumidor, existirá uma perda de rendimento dos mais pobres que dedicam uma elevada percentagem dos gastos familiares em bens de primeira necessidade (lei de Engel), (dados obtidos de um trabalho do estudante Celso Timana para disciplina Economia de Moçambique do curso de Economia da Universidade Politécnica).

⁴⁹ As principais culturas de exportação eram (e são) produzidas pelas médias e grandes empresas de capital externo. Ou, pelos camponeses por subcontratação (algodão e tabaco), ou pelos pequenos produtores mas cuja comercialização, transformação e exportação é assegurada por empresas que também produzem esses bens (caso da copra) e/ou por agentes económicos que fundamentalmente comercializam, transformam e exportam (caso do caju).

introdução de fertilizantes subsidiados foi rápida e elevada⁵⁰. Em resumo, a produção camponesa responde com elasticidades altas aos incentivos de mercado e sempre que exista garantia de compra dos excedentes e assistência técnica. Os casos do gergelim e do tabaco⁵¹, contrariam o preconceito de que os camponeses são adversos à inovação (neste caso introdução de uma nova cultura pois o tabaco é hoje produzido em zonas sem tradição nessa cultura). Em todos os casos estiveram presente agentes económicos que promoveram a produção no quadro do conceito do agro negócio.

Ressaltou-se que as margens de expansão produtiva sem alteração dos sistemas de produção são de curto prazo e têm limites quantitativos. Os limites são condicionados pelos próprios factores de produção. A terra não é elástica mesmo se considerar-se existir muito solo arável não utilizado⁵². O factor trabalho é igualmente rígido, considerando o crescimento da população (actualmente de cerca de 2,0% por ano). O capital é o único factor que pode ser modificado a curto prazo, isto se forem alocados recursos à agricultura. É sabido que existem respostas rápidas de produção, desde a introdução de sementes melhoradas, a fertilizantes e a químicos⁵³. Estas respostas serão maiores se combinadas com investimentos em sistemas de regadio e outras infra-estruturas, com formação e melhorias na gestão e manejo produtivo e com extensão e transferência tecnológica.

Após alcançar o máximo técnico nas condições pré existentes, o aumento de produção deve verificar-se através da intensificação do capital, melhor gestão e manejo produtivo. Porém são necessários cuidados, como os seguintes:

- Manter as condições que proporcionaram os incrementos iniciais de produção (sem grandes modificações nos sistemas de produção). Em resumo, incentivos económicos, compra da produção, não perda de rendimento das famílias, funcionamento dos mercados e fomento das culturas.
- Assegurar que os novos sistemas de produção sejam absorvidos, desejados pelos produtores e adaptados às realidades (solos, clima, sistemas de produção, etc.).
- Preservar a qualidade do solo e que as práticas culturais sejam amigas do ambiente⁵⁴.

⁵⁰ A opção pela monocultura está plena de críticas do âmbito ambiental e de conservação dos recursos, acerca da volatilidade dos mercados e dos riscos da dependência de um único bem, sobre a base dietética, as diferentes acessibilidades aos insumos e a diferenciação social, entre outras. Os aspectos mais positivos de curto prazo, são o aumento da produção e dos rendimentos das famílias. No Malawi, o aumento da produção de milho foi provocado pela venda/distribuição de fertilizantes subsidiados e da elevação dos preços ao produtor. Existem bastantes estudos sobre este assunto e aplicado ao caso recente do Malawi, como por exemplo Chibwana (2011), Chitundu (2011) e Holden (2011).

⁵¹ A cultura do tabaco foi introduzida em algumas zonas sem tradição desta produção (por exemplo na parte norte da província de Tete) e a resposta dos pequenos produtores foi rápida e em grande escala. Em finais da última década, o tabaco era já o principal bem agrícola exportado e situava-se em quarto lugar entre os bens mais exportados. Em poucos anos, o tabaco ultrapassou as exportações tradicionais agrícolas do algodão, açúcar e caju. Actualmente, no norte de Moçambique, os camponeses mudam de cultura, entre o algodão e o gergelim, em função dos preços destes produtos praticados ao produtor e que são anunciados no início das campanhas agrícolas.

⁵² Existe a percepção e os discursos e documentos oficiais revelam a existência de muito solo arável (36 milhões de hectares e que apenas 5% estão sendo utilizados pela agricultura). O estudo *Zoneamento Agrário de Moçambique*, 2007, Governo de Moçambique (2007), indica que existem disponíveis, de facto, perto de 7 milhões de hectares. Os números transmitidos nos discursos e da percepção ou resultante de análises superficiais são muito diferentes dos obtidos no estudo acima referido.

⁵³ Existe a corrente da agricultura biológica ou “de conservação”, que apresenta estudos que demonstram respostas produtivas elevadas dos pequenos produtores através de práticas assentes no manejo dos recursos locais, sistemas de produção integrados, conservação e fertilização orgânica dos solos, combate biológico e integrado de doenças e pragas, etc. No caso de Moçambique ainda não existe a produção em escala alargada deste sistema, Altieri (1998).

⁵⁴ Segundo o documento do Ministério da Agricultura (2009: 11), “o rápido crescimento demográfico, a redução do tamanho da propriedade agrícola *per capita* (medido em termos de área trabalhada), o declínio da fertilidade do solo, oportunidades não aproveitadas de diversificação da renda e migração, criam

- As condições descritas exigem conhecimento científico técnico e no âmbito das ciências sociais de forma diferenciada no território, para que as propostas de desenvolvimento estejam em conformidade com as realidades, com as experiências e o conhecimento local, e que correspondam aos interesses da maioria dos produtores.

Esta segunda fase contém os determinantes da transformação estrutural e tecnológica da agricultura a longo prazo. A ocupação do solo será abrangida pela procura de terra por parte dos camponeses de maior êxito em busca de superfícies que assegurem escala económica e competitiva. A modernização surgirá resultante dessa dinâmica e dos processos de mobilidade e diferenciação social que serão inevitáveis. Surgirão empresários locais de escala diferenciada que fornecerão serviços agrários (venda de insumos, comerciantes, pequena e média indústria transformadora dos excedentes, comerciantes rurais formais, fornecedores de máquinas e instrumentos de trabalho, assistência técnica, etc.). Emergirá um tecido produtivo com o padrão de acumulação centrado no território, resultante de um crescimento endógeno e sustentado. Nascerá também um camponês modernizado, formado, com escala económica e eventualmente competitiva.

De forma simultânea à emergência do capitalismo agrário, podem surgir formas de organização de pequenos produtores de modo a ganharem escala, sobretudo nas fases de comercialização, transformação, transporte, assistência técnica e fornecimento de insumos. Este percurso possui vantagens (socialmente mais equitativo) e desvantagens (maiores custos de transacção, processos de decisão morosos, conflitos de interesses internos, gestão em escala empresarial não dominados, formação dos associados, etc.).

A longo prazo, com o aumento da produção e da produtividade e por efeito da modernização e transformação estrutural da agricultura, será necessário o desenvolvimento de sectores produtivos que absorvam a mão-de-obra excedentária, criando riqueza local num modelo de industrialização enquanto conceito de *cluster*, (Castel-Branco, 2008). Uma vez mais, é desejável que este desenvolvimento se localize no meio rural, com um padrão de acumulação aí localizado, como garantia para a sustentabilidade do crescimento e da elevação do nível de vida dos cidadãos.

A modernização da agricultura possui também efeitos que é necessário ter em atenção. Destacam-se os seguintes: (1) o surgimento dos camponeses “sem terra” e os consequentes efeitos sociais; (2) a exploração não sustentável (predadora) dos recursos naturais, com consequências sobre o *stock* florestal, a fertilidade dos solos, a qualidade da água, etc.; e, (3) o avanço da “agricultura de fronteira”⁵⁵.

3.4. Sector privado agrícola

Após a independência, o sector privado não estava incluído no modelo da nova sociedade e, portanto, era considerado marginal e a extinguir-se através de vários processos, destacando de forma resumida nos seguintes: (1) a não integração nos planos económicos e, portanto, não contemplados na afectação de recursos (equipamentos, *insumos*, capital, etc.); e, (2) a crítica pública da função de empresário e o capitalista considerado como explorador do povo⁵⁶. Continuaram algumas empresas por razões das relações políticas com alguns países e também por não terem sido abrangidos pela lei 16/75.

dificuldades, ao mesmo tempo que as potencialidades da agricultura para o desenvolvimento continuam inaproveitadas”.

⁵⁵ Para um estudo sobre estes assuntos referentes ao Brasil, veja Graziano da Silva (1982). Bernstein (1990) analisa a modernização da agricultura em contexto de ajustamento estrutural.

⁵⁶ Dizia-se que era necessário eliminar o “jacaré” (os potenciais empresários moçambicanos) ainda no ovo. Isto é, não se deveria dar quaisquer oportunidades para o surgimento e desenvolvimento de iniciativas privadas e o (re) início de um processo de acumulação privada.

Todo o sector estatal agrário de produção tem origem nas intervenções⁵⁷ do Estado em empresas privadas⁵⁸. Segundo a lei 16/75 um conjunto de aspectos permitia a passagem para o Estado de empresas e unidades produtivas privadas. Grande parte destas empresas teve um mau desempenho económico devido a vários factores, designadamente: (1) guerra e desestabilização; (2) planeamento burocrático e rupturas de logística; (3) má gestão; (4) concepção de grandes empresas agravando a gestão; (5) politização das empresas e intervenção do Estado na gestão empresarial; (6) ausência de incentivos de mercado e para os recursos humanos; (7) gestão assente na não limitação de recursos por financiamento “leve⁵⁹” do Estado. Para uma leitura sobre este assunto veja por exemplo, Castel-Branco, Cramer e Hailu (2001), Pitcher (2003a e 2003b), Mosca (2005).

Depois das reformas económicas existiu a privatização do sector estatal. Os resultados foram igualmente maus. As principais críticas são as seguintes: (1) privatização sem estratégias económicas e sectoriais; (2) politização e não consideração de factores económicos; (3) venda barata do património do Estado em benefício de pessoas ligadas ao poder; (4) baixa competitividade da economia no seu conjunto; e, (5) ambiente de negócios e questões institucionais que dificultavam a actividade privada, resultante da ideologia dominante anterior.

Com o decorrer do tempo reconfigurou-se um sector privado incipiente (cujas algumas das razões estão expostas no texto). No entanto, existe uma evidente recuperação do modelo colonial da actividade privada no sector agrário.

Actualmente existe um sector privado muito diferenciado. Esta secção apenas se refere aos produtores primários não estando, por conseguinte, incluídos os agentes económicos a montante (insumos, equipamento, assistência técnica, etc.) e a jusante (comercialização, transformação, etc.). Também não se aborda os produtores pecuários e florestais por possuírem especificidades analíticas. Em resumo, os principais tipos de produtores agrícolas são:

- Os pequenos (e alguns médios) agricultores privados que produzem bens alimentares (hortícolas, frutas, batata, cebola, animais de pequenas espécies, etc.) para os mercados urbanos em pequenos perímetros irrigados, com alguma intensificação de capital (sementes, fertilizantes, pesticidas), preparação mecânica da terra e de algumas operações culturais. São produtores integrados nos mercados de factores, que vendem a distâncias curtas da exploração agrícola, com gestão não complexa mas ajustados aos sistemas produtivos e com conhecimento empírico. São maioritariamente produtores

⁵⁷ A intervenção é diferente da nacionalização. Em termos genéricos, a primeira, segundo, a Lei 16/75 era considerada como uma medida resultante de más práticas dos empresários, como por exemplo, o abandono do proprietário do país por um período superior a 90 dias, má gestão, actos de sabotagem, desinvestimento, entre outras acções que perigassem o normal funcionamento da empresa. A nacionalização corresponde à iniciativa do Estado motivado por algum objectivo deste.

⁵⁸ Muitos autores argumentam que o governo não tinha a intenção de nacionalizar muitos sectores da economia e empresas, tendo sido forçado às intervenções devido ao abandono dos proprietários, actos de sabotagem ou outros comportamentos que lesavam a economia do país. O autor defende a tese em como, apesar do anteriormente referido ser correcto, existia uma clara orientação política radicalizada de socialização do meio rural que implicava, de alguma forma e em algum momento, a nacionalização das empresas privadas ou pelo menos a sua asfixia através dos mecanismos do plano e consequente “secagem” dos mercados (principalmente o dos factores). O discurso político indicava claramente as empresas estatais como dominantes e determinantes na construção do socialismo, a propriedade colectiva e do Estado, a crítica ao sector privado, etc.

⁵⁹ É o que Kornai (1981) e Fitzgerald (1988) designaram de orçamentos leves (no sentido de pouco exigentes quanto aos reembolsos e quase sem limitações de recursos), que habituou as direcções das empresas ao funcionamento com poucas preocupações de gestão financeira, rentabilidade e eficiência⁵⁹. As direcções prestavam contas do cumprimento das metas físicas de produção e dos rendimentos produtivos por hectare ou por animal, sem grandes exigências quanto aos custos e resultados financeiros das empresas.

nacionais⁶⁰. Têm um limitado acesso ao crédito. Podem possuir relações de influência com os poderes locais.

- Num outro extremo, existem os grandes produtores de bens exportáveis (principalmente açúcar, algodão, caju, copra, florestas, madeira e tabaco⁶¹). São geralmente empresas de capital externo, que cada vez mais utilizam a subcontratação⁶² de pequenos produtores a quem adquirem os produtos para posterior transformação e/ou exportação (com excepção da floresta e parcialmente do açúcar). São empresas com organizações mais complexas e conhecedoras do mercado internacional. Internamente podem ou não estar associados a interesses e *lobbies* locais. Absorvem a quase totalidade do crédito agrário⁶³.
- Entre os pequenos e grandes produtores agrícolas, existem vários tipos de agricultores, sendo que os principais elementos diferenciadores são a dimensão da exploração, a produção ou não em regadio, o assalariamento de mão-de-obra dentro e fora da exploração agrícola, a intensidade do capital, os bens que produzem e a acessibilidade/proximidade dos mercados. Tem particular destaque neste grupo, empresas de capital externo que produzem e transformam bens para exportação (fruta e hortícolas).

Acerca das grandes concessões, os principais elementos de debate são: possuem grandes áreas de exclusiva actuação, em regime de monopsonio, beneficiando assim de uma estrutura imperfeita de mercado (sem concorrência, assimetria de informação e de conhecimento, etc.) e têm influência junto dos centros de decisão a nível central e local.

Questiona-se acerca das vantagens da liberalização das concessões, isto é, se várias empresas concessionárias podem actuar no mesmo território, desde que autorizadas, e, por conseguinte, com capacidade financeira e técnica para o exercício das funções adstritas a este tipo de contrato. Argumenta-se que existiria concorrência para a captação dos clientes (pequenos produtores), através dos preços praticados (dos insumos e dos bens produzidos), na qualidade e quantidade dos serviços prestados, na concessão de crédito de campanha, etc. Esta modalidade alteraria a situação de monopsonio para oligopsonio, mas que, provavelmente, não mudaria as desvantagens anteriores caso os concessionários se organizassem em cartéis. O que não parece recomendável, é o concessãoamento a empresas sem qualquer actividade de fomento nas zonas a comercializar, como aconteceu anteriormente e com maus resultados⁶⁴.

Porque existe a subcontratação? Indicam-se algumas vantagens para o concessionário: (1) reduz de forma significativa os investimentos; (2) distribui parte dos riscos por muitos pequenos produtores; (3) evitam-se conflitos de terras e de outras naturezas; e, (4) diminui o custo de produção e assegura a compra da produção a preços que lhes são favoráveis.

⁶⁰ Nos últimos anos o investimento estrangeiro de pequena e média escala tem aumentado neste tipo de produção.

⁶¹ O caju como produto primário é quase totalmente produzido pelos pequenos produtores que vendem a castanha aos industriais. No sector florestal as grandes plantações em moldes empresariais são recentes (embora existissem em média escala durante o período colonial). Actualmente a madeira é cortada nas florestas “nativas” e exportada ou utilizada internamente.

⁶² Veja mais adiante a explicação da modalidade de subcontratação dos pequenos produtores.

⁶³ Entre 2003 e 2010, o açúcar, o algodão e o caju absorveram 67,3% do total do crédito agrário, (Banco de Moçambique).

⁶⁴ Entre 1998 e 2002, Moçambique experimentou a liberalização total da comercialização (aquisição ao produtor) de algodão. Esta medida, colocou em igualdade de circunstâncias as empresas tradicionalmente produtoras, comercializadoras, transformadoras (desfibramento) e exportadoras com comerciantes ocasionais sem qualquer custo de extensão, venda de sementes, empréstimos em espécie de insumos, etc. Este facto contribuiu, juntamente com a evolução dos preços internacionais de então, alguma ineficiência, e os elevados custos de transacção, para a falência de importantes empresas algodoeiras que operavam no sector há décadas, Mosca (2010).

Quais as vantagens? (1) geram-se importantes rendimentos monetários às famílias com efeitos sobre a vida no meio rural; (2) dinamiza-se a economia rural através das prestação de serviços, crédito, comercialização, transformação quando localizada ou próxima dos locais de produção, etc.; e, (3) pode produzir-se o efeito “imitação” tecnológica”, isto é, a transferência de técnicas, de maneio produtivo e de insumos para a produção de bens alimentares.

Quais os perigos: (1) necessariamente que existirão opções que os pequenos produtores terão de assumir, sobretudo a distribuição dos factores escassos (principalmente terra e trabalho) entre a produção alimentar e a cultura de exportação; (2) em consequência, é natural que a produção alimentar decresça, com ou sem criação de défices alimentares ao nível das famílias⁶⁵; (3) os pequenos produtores ficam muito expostos às variações dos preços internacionais, cujos efeitos recaem primeiramente e principalmente sobre eles; (4) igualmente, existirá uma maior vulnerabilidade e dependência (preços e acessibilidade) dos pequenos produtores em relação aos factores importados; e, (5) finalmente, e muito importante, caso os insumos não sejam produzidos no país, existe pouca retenção de valor acrescentado no meio rural e no país, as tecnologias podem não ser assumidas pelos produtores, desenvolve-se um sector extravertido, dependente, onde grande parte dos beneficiários se localiza no estrangeiro e aprofunda-se um padrão de acumulação centrado no exterior.

Os riscos referidos são menores quando se analisam os pequenos privados. Os benefícios (vantagens) locais são também de menor escala. O desenvolvimento poderá ser mais endógeno e com padrões de acumulação internos. A base social de produção e de geração de riqueza é mais ampla, com maiores efeitos sobre a equidade, desde que com alguma escala. Mas os pequenos produtores dificilmente têm vantagens competitivas excepto se tecnificados (capitalizados) e organizados em associações para ganharem escala e conhecimento dos mercados.

Uma das principais dificuldades do sector privado agrícola é a força de trabalho por baixa produtividade, elevado absentismo, pouca formação e especialização. A natureza sazonal, os salários praticados (mesmo que acima do salário legal⁶⁶), os diferentes ritmos de trabalho e a organização da produção completamente diferente das vivências e culturas rurais⁶⁷. Isto é, as condições de trabalho oferecidas não asseguram níveis salariais, estabilidade e durabilidade dos rendimentos, formação no trabalho e muitas vezes segurança, o que implica que a maioria dos trabalhadores não opte pela desvinculação da produção de pequena escala e da economia familiar. Existem também factores culturais e lógicas de reprodução das economias familiares enquanto unidades económicas e sociais que dificultam o assalariamento e a total desvinculação da terra, da divisão social do trabalho no seio da família e das comunidades⁶⁸.

⁶⁵ Não são conhecidos estudos recentes sobre este aspecto. No período colonial, “as formas de gestão de mão-de-obra entre as *cash* e as *food crops*, fez introduzir a mandioca como produção obrigatória, considerando a baixa necessidade de trabalho desta cultura”, Mosca (2008: 64). Estes factos aconteceram nas zonas algodoeiras em Moçambique.

⁶⁶ O salário mínimo agrícola foi entre 2002 e 2010 inferior em pelo menos cerca de 40% comparativamente às remunerações dos trabalhadores de outros sectores (informação obtida em um trabalho de Margarida Bié para a disciplina de Economia de Moçambique do curso de Economia da Universidade Politécnica). Acrescenta-se que no meio rural a fiscalização por parte dos organismos públicos especializados é muito débil ou inexistente o que aumenta a possibilidade de não cumprimento da lei. O trabalho de Low *et al* (2002: 33), afirma: “Primeiro, é necessário distinguir entre o que a Lei diz e a capacidade dos empregadores de a cumprir e a capacidade do governo de garantir a aplicação da mesma. Neste momento, não é possível realmente assegurar que todos os privados pequenos, estejam a pagar o salário mínimo”.

⁶⁷ Para estudos de enfoque antropológico sobre estes temas, veja por exemplo Cocquery-Vidrovitch (1976).

⁶⁸ A semi-proletarização de pessoas recrutadas em zonas longínquas aos centros de produção pelas grandes plantações ocorrida no período colonial, tinha como um dos objectivos, retirar o trabalhador da organização familiar e produtiva de forma a reduzir o absentismo e elevar a produtividade.

Esta realidade não é intransponível. Ajustamentos na estrutura de produção de forma a distribuir as necessidades de mão-de-obra ao longo do ano, uma melhor complementaridade entre trabalho e máquinas, formação profissional, salários como contrapartida de produtividade e incentivos, podem cobrir os elevados custos de oportunidade de uma mudança total de actividade económica e das lógicas e mecanismos de reprodução das economias de pequena escala. Compreender isso exige estudos socioeconómicos para os quais os empresários nem sempre encontram justificação e resultados práticos. Este é também um assunto que requer compromissos dos empresários, visão e compreensão para os benefícios económicos (e não só) e estratégias de longo prazo.

A baixa produtividade não é só derivada do factor trabalho. Regra geral os empresários e as empresas não têm suficiente organização e formação. As técnicas e tecnologias não são muitas vezes dominadas e as mais adequadas. O conhecimento sociológico do meio em que operam é negligenciado. A visão de longo prazo, quando existe, colide com os riscos da actividade agrícola. A volatilidade dos mercados externos é grande e não previsível. As políticas e medidas governamentais nem sempre são favoráveis, incentivadores e facilitadores da actividade privada agrícola que necessita de políticas específicas de protecção, crédito, investimentos públicos, benefícios fiscais e de estratégias públicas de estabilização de preços, etc.

Os aspectos referidos dificultam o investimento e a transformação estrutural da agricultura.

3.5. Porquê a especialização produtiva dos territórios?

Em termos de desenvolvimento, o território tem sido visto de forma “cega”, isto é, não têm sido considerados os factores que introduzem eficiências diversas, resultados produtivos diversos, geração de emprego, desiguais e diferente redistribuição da riqueza no processo de produção, de forma a combinar crescimento e eficiência com a competitividade, a equidade e os mecanismos redistributivos. Os factores políticos de distribuição espacial têm predominado nos critérios de afectação de recursos.

O caso dos recursos do OIILs (Orçamento de Investimento de Iniciativa Local), vulgo “7 milhões⁶⁹”, é o exemplo mais representativo. A afectação dos recursos por distrito não considera os factores produtivos como a aptidão/potencial produtiva (regiões agro climáticas), as infra-estruturas, o capital produtivo existente, o acesso aos mercados, o tecido económico local e as tradições produtivas das diferentes zonas do país⁷⁰. A afectação desigual de recursos por distrito

⁶⁹ Inicialmente (2006) foram atribuídos aos orçamentos distritais 7 milhões de meticais por ano (cerca de 230 mil dólares, a um câmbio de 30MT/US\$). Por esta razão estes fundos são conhecidos como os “7 milhões”. “O Governo decidiu que a partir de 2008, além dos fundos para a geração de renda, promoção de emprego e produção de comida (objectivos iniciais e oficiais dos 7 milhões, parênteses do autor), cada distrito terá uma verba de 2,3 milhões de meticais para infra-estruturas fundamentais, consideradas prioritárias pelo distrito e aprovadas pelo Conselho Consultivo Distrital (CCD)”, Valá (2012). Os critérios e objectivos foram definidos após o início da afectação de recursos o que originou as mais diversas utilizações ao nível dos distritos (construção ou manutenção de edifícios públicos, compras de viaturas, etc.). Os critérios de atribuição dos agentes económicos foram igualmente definidos *à posteriori*. Documentos oficiais defendem a descentralização financeira como a possibilidade de maior acesso a fundos por parte de pessoas com dificuldade de acesso ao sistema bancário, a fraca bancarização da economia rural, a promoção de iniciativas de pequena escala nos distritos e a geração de emprego e riqueza. As principais críticas são as seguintes: (1) o baixo retorno do capital empresta do (em média cerca de 5%); (2) a utilização do Estado para o exercício de funções financeiras especializadas com eventuais acréscimos de distorções nos mercados; (3) a possibilidade de geração de inflação autárquica devido à injeção de recursos de eficiência e eficácia duvidosa; (4) a não utilização dos recursos nos distritos beneficiários e consequente desvio para outras finalidades e regiões; (5) critérios pouco transparentes na concessão dos fundos; e, (6) a utilização dos fundos canalizados através do Estado para fins de fidelização partidária, campanhas eleitorais e criação de clientelismo locais.

⁷⁰ Para uma aplicação ao caso de Moçambique, veja por exemplo Sousa e Chambelin (2012).

poderia provocar mal-estar entre os dirigentes locais do Estado (províncias e distritos)⁷¹. No entanto, esta forma igualitária de distribuição de recursos não é eficiente, não cria competitividade e não possui fundamentação em alguma racionalidade económica.

A especialização produtiva com base nos pressupostos referidos no penúltimo parágrafo, implica várias outras opções, como por exemplo:

- A importância de todos os órgãos centrais priorizarem os distritos/zonas⁷² com maior potencial de desenvolvimento rural, fazendo convergir os esforços da governação para os territórios referidos no quadro da aplicação de planos de desenvolvimento segundo o conceito de desenvolvimento integrado do território.
- Necessidade destas prioridades serem demarcadas no tempo e espaço para que sucessivas zonas do país possam beneficiar a médio e longo prazo, de forma sequencial e segundo critérios, de semelhante preferência na alocação de recursos públicos para o desenvolvimento.
- Para a aplicação dos princípios que assegurem a racionalidade económica é necessário que factores políticos e sociais sejam ponderados bem como o acordo de pactos dentro do poder e deste com a sociedade, por exemplo através dos sistemas redistributivos do rendimento nacional, beneficiando as zonas não abrangidas em cada momento, sobretudo através do investimento público e da prestação de serviços aos cidadãos.
- A descentralização efectiva da função pública, assunto abordado na secção 3.6.
- A existência de políticas económicas e agrárias específicas (incentivos fiscais, crédito, investigação e extensão, incentivos à modernização dos tecidos económicos, etc.).
- Incentivos para a emergência de tecidos empresariais que localizem a acumulação no território de modo a gerar dinâmicas que permitam a transformação estrutural da economia e sociedade rural.

A opção de priorização espacial do desenvolvimento realizar-se-á com ou sem intervenção do Estado. A concretização apenas através dos mecanismos de mercado, produzirá distorções, maiores iniquidades sociais e poderá não ser um desenvolvimento equilibrado nem com o padrão de acumulação centrado no território. Será possivelmente mais eficiente e competitivo em termos estritamente económicos.

A intervenção do Estado sem substituir o sector privado e o mercado, poderá possuir o mérito de impulsionar um desenvolvimento mais equitativo, inclusivo e localizado. Podem ser encontradas situações de compromisso com a eficiência em opções dinâmicas no tempo. A intervenção pública teria como objectivo criar as condições para a emergência de tecidos económicos competitivos num mundo e em contextos de economias crescentemente abertas. Para o efeito, ao Estado compete o investimento em infra-estruturas, na prestação de serviços públicos, a criação de ambientes de negócios favoráveis ao surgimento de empresas prestadoras de serviços aos produtores, a aplicação de políticas que incentivem o investimento privado no território e a descentralização da função pública para reduzir custos de transacção e haver maior rapidez e eficiência nos procedimentos administrativos.

3.6. A importância das instituições

As instituições em sentido amplo, significam um conjunto de factores/elementos normativos (cultura, religião, ideologia, psicologia, mercados, filosofias organizacionais, etc.), que

⁷¹ As decisões são muitas vezes tomadas sem considerar os factores económicos, sem estudos e sem previsão de forma a prevenir ou minimizar os possíveis efeitos negativos. Mosca (2009), no texto *O que há de economia nas decisões económicas*, apresenta vários exemplos da história económica recente que fundamentam o referido.

⁷² A especialização produtiva deveria ter como base as características (potencial) económicas independentemente da divisão político-administrativa. A não consideração desta última divisão do território pode suscitar dificuldades de coordenação e disputas entre as instituições locais do poder.

influenciam os comportamentos das pessoas, nas organizações (burocracias), na forma de estruturação da economia e da política⁷³. A economia institucional tem como objectivo estudar a relação destes factores com a economia (desenvolvimento, crescimento, história (dependência da trajectória), estrutura e reacções dos mercados, comportamentos dos produtores/gestores e consumidores, desempenho e orientação das burocracias públicas, privadas e da sociedade civil, influencia da culturas, religiões, etc.).

Esta secção limita-se à análise das políticas e das burocracias públicas da agricultura em Moçambique durante os últimos anos.

O que se tem verificado? Em resumo destaca-se:

- Existiram políticas agrárias muito diferenciadas e com variações pendulares de grande amplitude (socialização - 1975-1986), liberalização caótica (sobretudo ao longo da década de noventa após a implementação do Programa de Ajustamento Estrutural⁷⁴), Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (2007-2015) - República de Moçambique (2007a), *jatropa* (2007), Estratégia de Extensão Rural (2007), Estratégia da Revolução Verde (2008), Plano de Acção para a Produção Alimentar (PAPA, 2008), Política e Estratégia de Biocombustíveis (2009), Estratégia de Irrigação (2010), Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário 2011-2020 (PEDSA) aprovado em 2011, Plano de Acção de Redução da Pobreza (2011-2014), (PARP) aprovado em 2011, Plano de Integrado de Produtividade, 2011 (PIP), etc.⁷⁵
- Em grande parte dos documentos, breves análises são suficientes para revelar elementos de incoerência (ou mesmo contradição), descontinuidade, pouca consistência conceptual, metodológica e teórica, e descontextualização das realidades dos produtores Campagne (1982)⁷⁶.
- A orgânica das burocracias é permanentemente alterada. Juntam-se e separam-se mandatos incluindo ministeriais e entre ministérios, mudam-se competências, alteram-se níveis hierárquicos de secretarias de estado para direcções nacionais e depois para departamentos (como por exemplo a hidráulica agrícola), etc., Mosca (2010a e 2011).
- Centraliza-se e descentraliza-se em ambos os casos de forma pontual, descoordenada e desconexa, separam-se competências territoriais criando rupturas entre centros de decisão. Passa-se de uma forte centralização para descentralização excessiva⁷⁷.

⁷³ Para um estudo teórico sobre estes temas sugere-se, Phelps (1975), North (1977), Hodgson (1994), entre outros.

⁷⁴ Para conhecimento deste assunto sugere-se Mosca (2005).

⁷⁵ Existiram outras “estratégias”, seja de edições anteriores com os mesmos ou semelhantes títulos (por exemplo o PARP era anteriormente designado de PARPA - diferenciando-se apenas no último A (da palavra Absoluta), como de estratégias que deixaram de existir ou que não foram mencionadas neste texto (como por exemplo o PROAGRI I e II (Programa de Apoio Institucional à Agricultura). Mosca (2010) afirma que os documentos de políticas e estratégias não resultam de necessidades da governação, mas de condições impostas pelos parceiros da comunidade internacional para a aprovação de planos e orçamento da cooperação.

⁷⁶ Os objectivos e metas desejados por um governo ou as lógicas reprodutivas de uma economia no seu conjunto podem não ser convergentes com os objectivos dos pequenos produtores. Por exemplo, quando se pretende maximizar a produção de milho em todo o país, como incentivar os produtores de uma zona excedentária nesta cultura, quando o que eles pretendem é possuir outras fontes de rendimento e de produção no quadro de uma estratégia de diversificação para a redução do risco e melhoria da dieta alimentar ou a obtenção de rendimentos fora da agricultura?

⁷⁷ Por exemplo, actualmente o responsável da agricultura no distrito não depende do director provincial e este do ministro da agricultura, mas sim dos respectivos níveis territoriais (administradores e governadores). Em consequência, decisões de políticas, orientações metodológicas, etc., podem não ser aplicadas nos níveis inferiores do Estado por estes não dependerem verticalmente da orgânica do aparelho de Estado da agricultura. O caso mais típico é o dos extensionistas realizarem trabalhos diversos nos distritos por ordem do administrador, sem que as suas funções profissionais sejam cumpridas.

- Mudam-se frequentemente pessoas dos seus cargos e muitas vezes, são nomeados dirigentes aos diversos níveis sem critérios de mérito, conhecimento, percurso profissional e formação adequada. Os critérios são a confiança política e pessoal, eventualmente compensações de compromissos diversos. Nestas condições a incompetência é uma consequência natural⁷⁸.

Não menos grave, apagam-se as experiências, positivas e negativas. Tudo o que é passado parece ser propositadamente esquecido. Os arquivos mal arrumados ou mesmo atirados ao acaso são deixados à deterioração do tempo. Muitos deles, e alguns importantes, arderam nos incêndios do Ministério da Agricultura ou estragaram-se com o alagamento das caves do edifício sem que sejam apuradas responsabilidades ou conhecidos os resultados dos inquéritos. A experiência e conhecimento das pessoas que vão saindo das burocracias da agricultura são na maior parte dos casos ignorada.

O que revela tudo isto?

- Primeiro, manifesta ausência de uma política estável e de longo prazo, assumida por um governo independentemente dos actores políticos e técnicos. Cada um quer fazer o que pensa ser mais ajustado e melhor, muitas vezes de forma impetuosa e quase sempre sem estudos e análises aprofundadas⁷⁹.
- Segundo, em relação aos subordinados aos diferentes níveis (incluindo os dirigentes de níveis inferiores quando se relacionam com o escalão superior), é evidente o “medo social”, a subserviência, a baixa iniciativa e criatividade esperando “ordens superiores” ou “ser chamado” pelo chefe.
- Quarto, e em resultado dos dois pontos anteriores, implanta-se ou persistem formas de direcção centralizadas, fortemente hierarquizadas e de relações de tipo para-militar.

No entanto, certos dirigentes, quando saem das suas funções, possuem patrimónios pessoais anteriormente não existentes mas directamente relacionados com as actividades/funções que desempenharam no aparelho de Estado. Por exemplo, alguns tornaram-se grandes criadores de gado. Significa que o funcionário, através do Estado, é uma mistura de servidor da coisa pública e um homem de negócios privados e de obtenção de património e riquezas. O problema não está em conhecer o saldo entre o “servidor “ e o corrupto. A questão é que o funcionário é um servidor da causa pública, pelo que há conflito de interesses entre as suas funções enquanto trabalhador do Estado pago pelos cidadãos e a actividade privada e pessoal. Os casos de desvios de fundos são conhecidos em toda a função pública incluindo no aparelho de Estado da agricultura.

Analisar em que medida as mudanças político/administrativas influenciaram o desempenho da agricultura, mereceria análises mais aprofundadas e tratamentos estatístico/matemáticos que suportariam conclusões mais consistentes.

Por razões diversas, o Estado não tem realizado eficaz e eficientemente as funções relacionadas com a agricultura e o meio rural. Consideram-se as seguintes:

- Implementar/adoptar políticas económicas e agrárias estáveis e de longo prazo.
- Realizar investimentos públicos em infra-estruturas produtivas para aumento do capital fixo produtivo (por exemplo regadios) e em estradas rurais.

⁷⁸ Por exemplo, em 36 anos de independência já existiram 12 ministros da agricultura. Situações semelhantes acontecem nos restantes níveis da burocracia.

⁷⁹ O caso da *jatropha* é paradigmático. Em 2007 todos os discursos oficiais aos diversos níveis referiam a importância desta nova cultura e a necessidade da produção no quadro da crise internacional dos combustíveis (2008 e 2009). Alguns produtores iniciaram a produção e depois não houve comercialização nem processamento. Não existia conhecimento da cultura em escala produtiva, das variedades, dos sistemas de produção adequados e do manejo das plantações, dos efeitos ambientais e do processamento. Passados dois anos ninguém se pronuncia sobre o assunto.

- Criar um ambiente de negócios que facilite e estimule o investimento privado, diminua as distorções e assimetrias dos mercados, reduza os *handicaps* da agricultura e do meio rural anteriormente referidos e crie condições para a transformação estrutural das economias rurais e a emergência de tecidos empresariais competitivos.
- Realizar investigação com resultados no âmbito das ciências agrárias e sociais, e estabelecer mecanismos de transferência tecnológica através das redes de extensão rural, da subcontratação, de incentivos económicos e outros.
- Fazer formação em coordenação com o sistema nacional de educação e especializar técnicos em pós graduações de níveis elevados.
- Exercer eficazmente as acções de regulamentação e fiscalização das actividades económicas e da exploração dos recursos naturais (terra, água, ar, florestas, fauna e outros), assegurando práticas sustentáveis, desenvolvendo acções de protecção sanitária e fazer cumprir a legislação relacionada.
- Aumentar e melhorar os serviços aos cidadãos rurais e incentivar a emergência de tecido económico prestador de serviços às empresas e aos pequenos produtores.
- Proceder à descentralização efectiva com afectação de recursos, de competências, com capacitação técnica, humana e de liderança dos órgãos locais do Estado e incentivos à atracção de técnicos para trabalhar a nível local.

4. A EVOLUÇÃO RECENTE

4.1 Contexto

A agricultura no mundo e também nos países em desenvolvimento deve ser analisada no contexto das evoluções recentes da economia mundial. Sobre o assunto em apreço destacam-se os seguintes aspectos:

- A população acima dos 7 mil milhões de humanos, com aumento da pobreza e do défice alimentar (e mesmo fome) em vastas zonas do globo (principalmente em África), muitas vezes associado a conflitos violentos e instabilidade política e social.
- A crise mundial de alimentos caracterizada pela subida dos preços dos bens alimentares no mercado internacional, como resultado de variações climáticas e consequente redução da oferta das economias principais produtoras e consumidoras, seguido de práticas especulativas e proteccionistas dos países produtores (reforço dos stocks de segurança alimentar, cancelamento de exportações, etc.), agravando em ciclo desvirtuoso a espiral inflacionista⁸⁰, aumento dos preços das fontes energéticas, redução da produtividade dos países maiores produtores de alimentos, Jorge (2012).
- Procura pelas economias emergentes de grandes volumes de recursos energéticos (petróleo, carvão, gás, electricidade), de terra⁸¹, para a produção de matéria-prima (bio combustíveis, soja, etc.), Rukuni e Kambanje (2011) e para produção industrial de madeira (por exemplo pasta de papel), entre outros.
- A abertura crescente das economias à escala global e regional, muitas vezes em processos precipitados que confrontam economias com dimensões, capacidade

⁸⁰ “Entre Setembro de 2006 e Junho de 2008 os preços de referência no mercado mundial aumentaram 70%, em particular para o trigo, o milho, o arroz e os produtos lácteos sendo acompanhados por subidas, ainda que menos acentuadas, dos preços da carne de aves e dos óleos vegetais”, Jorge (2011: 159).

⁸¹ “A corrida pela terra foi provocada pela escassez de alimentos no mundo inteiro que se seguiu ao aumento acentuado do preço do petróleo em 2008, à crescente escassez de água e à insistência da União Europeia para que 10% de todos os combustíveis utilizados em transportes sejam provenientes de agro-combustíveis em 2015...A China, por exemplo, assinou um contrato com a República Democrática do Congo para cultivar 7 milhões de acres com palmar para óleo para ser usado como agro-combustível”, extracto do artigo de John Vidal publicado no Jornal Brasil de Fato, edição de 18 a 24 de Março de 2010. A versão integral do artigo foi publicada no jornal Mail & Guardian, da África do Sul, em 11-03-2010.

competitiva e estruturas económicas muito diferenciadas, tornando os países pobres mais expostos e vulneráveis aos efeitos indesejáveis do mercado liberalizado.

A produção em grande escala implica a posse e o controlo dos recursos terra, água e fontes energéticas abundantes em algumas economias menos desenvolvidas, traduzindo-se em novos grandes projectos de exploração agrícola e mineira.

Moçambique é nos últimos anos palco de grandes investimentos para exploração de recursos mineiros (carvão⁸², gás, energia eléctrica⁸³ e prospecção de petróleo), produção agrícola, (principalmente açúcar para biocombustíveis, florestas⁸⁴ e, recentemente, soja⁸⁵).

Internamente, e segundo algumas organizações internacionais, Moçambique é referido como tendo tido um bom desempenho económico considerando o ritmo de crescimento, a relativa estabilidade macroeconómica mesmo que com indicadores não favoráveis ao crescimento (por exemplo, taxas de inflação e de juros elevados e variáveis), Mosca *et al* (2012), a entrada de capitais externos para o investimento em grandes projectos, a imigração estrangeira em busca de pequenos negócios e de emprego como consequência da crise na Europa⁸⁶, entre outros aspectos/indicadores.

Os volumes da cooperação tendem a baixar, não apenas devido à crise internacional, mas também em consequência dos governos europeus estarem em ciclos políticos de centro direita com diferentes concepções de cooperação (comparativamente aos anteriores governos de centro esquerda) e ainda alguns erros políticos internos, como foi o caso de situações pouco transparentes nas últimas eleições gerais, baixo comprometimento e eficácia na luta contra a corrupção e poucos avanços nas reformas económicas e na democratização da sociedade.

Por outro lado, persiste a pobreza em níveis acima dos 54,7% da população com aumento do número de pobres devido ao crescimento demográfico, as desigualdades sociais tendem a aumentar, MPD (2010) a produção agrícola e especialmente de alguns bens alimentares essenciais não aumenta significativamente (Mosca (2010a), os riscos de instabilidade social urbana estão latentes, a má qualidade do ensino foi assumida pela governação, a competitividade da economia não evolui favoravelmente, Mosca, Barreto, Abbas e Bruna, (2011), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Percepção da Corrupção (PPC) e o *Doing Business* regrediram nas últimas avaliações das respectivas organizações internacionais⁸⁷.

⁸² Com destino para a indústria do ferro, sobretudo na Índia e Austrália e eventualmente no futuro para a China.

⁸³ Gás e energia para os países da SADC e especialmente para a África do Sul.

⁸⁴ Principalmente Portugal e Suécia.

⁸⁵ Existe muita especulação acerca de eventuais acordos com o Brasil. Fala-se da cedência pelo Ministro da Agricultura moçambicano de 6 milhões de hectares para agricultores brasileiros sendo a soja uma das culturas a serem produzidas - um estudo revela a existência real de perto de 7 milhões de hectares disponíveis e com aptidão para a agricultura, República de Moçambique (2007b).

⁸⁶ A recente imigração europeia é sobretudo de Portugal. Existe um fenómeno de menor dimensão a partir da Índia e Paquistão, além da proveniente de países africanos (principalmente etíopes, nigerianos, somalis e senegaleses – em ordem alfabética).

⁸⁷ Mosca (2012) analisa os últimos indicadores internacionais, referindo-se ao caso de Moçambique. “O *doing business* de 2012, revela o retrocesso de Moçambique no *ranking* internacional e no contexto da África Austral. ... o Índice de Desenvolvimento Humano refere que Moçambique se localiza na 184ª posição entre 187 países avaliados ... o último relatório Regional Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (Outubro de 2011) além de elogiar o comportamento da economia moçambicana pela persistência do crescimento económico e o acerto (na perspectiva do FMI) das políticas económicas conjunturais para fazer face à crise internacional, volta a sublinhar que o tão elogiado crescimento económico gera mais pobreza e agrava as desigualdades sociais ... surgiram depois os resultados do Índice de Percepção da Corrupção indicando que em Moçambique a situação não melhorou”.

Em resumo, Moçambique atravessa um período de expectativas elevadas mas com grandes dificuldades internas, tanto económicas, como políticas e sociais. A prática da governação indica uma clara priorização para o sector externo (grandes projectos, cooperação e diplomacia económica), embora com discursos para dentro do país onde é ressaltada a luta contra a pobreza. Nas próximas secções procura-se abordar estes aspectos.

4.2 A penetração do capital agrário

Além da implantação dos grandes projectos no meio rural, acontecem algumas acções recentes que procuram aumentar a produção agrária provocando, ou não, conflitos entre as culturas alimentares e as de rendimento. Destacam-se as seguintes: Primeiro, a sub contratação dos pequenos produtores pelas empresas exportadoras para a produção das culturas que constituem o *core business* das empresas (exemplo do algodão, tabaco, grãos para sementes e hortícolas). Esta modalidade contratual integra o pequeno produtor num mercado dominado pela empresa que beneficia de uma situação monopsónica de mercado, determina as quantidades, qualidade, momentos de produção, faz extensão rural e distribui insumos a crédito amortizável contra a entrega da produção. Nestas circunstâncias e em anos favoráveis no que respeita ao clima e aos preços internacionais, os pequenos produtores beneficiam de aumentos de rendimento, podendo-se ou não verificar o efeito “imitação tecnológica” para outras culturas alimentares. Em anos não favoráveis (clima e preços), os rendimentos dos pequenos produtores reduzem-se.

Segundo, surgiu nos últimos anos, o compromisso contratual das grandes empresas contribuírem para o aumento da produção de bens alimentares e incremento do rendimento das populações residentes nas zonas de intervenção do capital, seja através da produção das empresas como por meio de acções de promoção e extensão agrária⁸⁸. As empresas não possuem estas vocações e utilizam geralmente a subcontratação de outras empresas para a realização destas funções “políticas”; ou, integram estas funções em posições subalternas nas hierarquias orgânicas e nas prioridades empresariais. Em qualquer caso, estas acções representam custos que as empresas terão de compensar, seja por via dos contratos através de benefícios fiscais, *royalties*, facilidades operacionais ou por meio da imputação desses custos nos preços, através de engenharias financeiras ou contrapartidas políticas. Esta modalidade contratual pretende, na óptica da governação: (1) não excluir as populações das zonas de intervenção das empresas relativamente às novas actividades e agentes económicos; (2) beneficiar as comunidades pelas perdas ou troca de activos (por exemplo da terra, habitação) e pelo diferencial do acesso aos mercados, serviços, comunicações, etc; e, (3) assegurar compensações materiais de valores e tradições intangíveis como as crenças e os mortos, os espíritos e o apego à terra dos antepassados como dádiva divina. Em resumo, “acomodar” as populações devido às mudanças provocadas pelas novas dinâmicas económicas e sociais localmente introduzidas pelo capital. Por negligenciarem-se estes aspectos, têm acontecido acções de protesto activo, como por exemplo, as comunidades arrancarem as árvores (eucaliptos) plantadas pelas empresas, provocarem incêndios de armazéns, greves (nas explorações mineiras), incêndios postos em florestas (devido ao corte furtivo de madeira por madeireiros não autorizados e não actuação dos fiscais florestais⁸⁹), acções que impediram a

⁸⁸ A inclusão dos pequenos produtores e famílias das zonas abrangidas pelos grandes projectos pode ser de diversas formas, como é o caso da participação na produção dos bens realizados pelos grandes projectos (o que se tem verificado com o açúcar, tabaco, algodão e outras culturas de rendimento). Este modelo pode ser utilizado, por exemplo, nas explorações florestais. Não obstante, devem existir acções junto das comunidades das zonas abrangidas com o objectivo de criar sinergias no território, fontes de aumento e de diversificação dos rendimentos das famílias, criação de emprego, pequenos negócios, etc.

⁸⁹ Num dos distritos da província de Manica, a população colocou fogo na floresta. Questionados sobre a generalização dos incêndios, as comunidades aceitaram serem as autoras. A justificação foi a seguinte: nós, os donos da floresta, quando cortamos árvores para construir as nossas casas e currais ou para utilizar como lenha, somos multados. No entanto, camiões de madeira circulam livremente sem que sejam fiscalizados. Assim não há madeira para ninguém!”

circulação de comboios para o escoamento do carvão por via férrea Moatize-Beira, entre outras formas de protesto/resistência⁹⁰.

Terceiro, surge a aplicação do conceito de “cadeias de valor” (*filière, agribusiness*, etc.⁹¹). Isto é, estrutura-se um tecido empresarial especializado em um ou dois bens, concentrando o investimento na comercialização, transformação e venda (geralmente para exportação). As empresas promovem a produção primária junto dos pequenos produtores, comercializam os excedentes e/ou realizam pequenas transformações para facilitar a exportação. Este tipo de intervenção é uma modalidade da subcontratação diferenciando-se por, geralmente, não realizarem as funções de extensão, contratação formal e crédito (por não ser um bem especializado com apenas um potencial comprador). Esta é uma actuação puramente de mercado, através de incentivos da oferta por geração da procura⁹², aquisição a preços variáveis, não interferência directa nas opções dos pequenos produtores (variedade, tecnologia, quantidade e qualidade a produzir, etc.), resumindo-se a relação contratual no acto de compra e venda⁹³. Quando as fases de comercialização, transformação e exportação dos bens das cadeias de valor são dominados por capitais externos e/ou cidadãos, é provável que se verifique a transferência de recursos do campo para a cidade e para o exterior, o que é concretizado por estruturas de mercado monopsónicas ou oligopsónicas agravado por grande assimetria de informação e muito desigual capacidade de negociação entre agentes económicos do lado da oferta e da procura. Consequentemente, torna-se difícil a emergência de um tecido económico local e das relações intersectoriais que dinamizem e criem efeitos multiplicadores no território, condições importantes para o desenvolvimento mais endógeno.

Quarto, emergem empresas de frutas e hortaliças especializadas, com tecnologia de última geração e produção de qualidade conforme as exigências internacionais. A maioria das empresas são de pequena e média dimensão, não possuem escala para exportação com a regularidade e quantidades exigidas pelos clientes, o que obriga a alianças comerciais com exportadores que possuem quotas e circuitos no mercado internacional⁹⁴. Estes casos são de difícil subcontratação devido às exigências de qualidade. Os efeitos locais resumem-se à criação de emprego com alguma especialização no processo de trabalho, geração de rendimentos e o contributo para a balança de pagamentos, receitas fiscais e criação de procuras internas que têm ligações de oferta e de procura com outros sectores produtivos e de serviços.

4.3 Os pequenos produtores

Nos últimos tempos, e à margem das relações dos pequenos produtores com o capital mineiro, comercial e agrário, não se tem verificado uma política agrária ou decisões consequentes, estáveis e coerentes relacionadas com os pequenos produtores. A revolução verde resumiu-se à distribuição de insumos aos pequenos produtores, muitas vezes de forma gratuita. Algumas áreas de pequenos sistemas de regadio entraram em funcionamento sem que tivessem resultado em maior produtividade devido ao não acompanhamento da mudança tecnológica de forma

⁹⁰ Os exemplos mencionados correspondem a casos concretos acontecidos ultimamente em Moçambique.

⁹¹ Sobre este conceito veja por exemplo Malassis (1997).

⁹² Alguns autores consideram que nos países em desenvolvimento, “a produtividade tanto dos trabalhadores como dos camponeses, depende da acessibilidade a mercadorias incentivadoras”, (Fitzgerald, 1988). Este argumento enquadra-se no contexto das políticas macroeconómicas que sugerem que a procura constitui um importante mecanismo impulsor do crescimento e dos equilíbrios macroeconómicos.

⁹³ Formas mais avançadas (quando implica o agro processamento para exportação), os agentes económicos industriais/exportadores exigem qualidade do produto de acordo com os critérios dos mercados de destino.

⁹⁴ São os casos, entre outros, da banana e dos citrinos. Os produtores nacionais têm que exportar para a África do Sul, onde é atribuída uma marca de origem sul-africana para posterior exportação junto de quantidades realizadas neste país.

integrada. Introduziu-se uma infra-estrutura (regadio), sem alterações dos sistemas de produção e a combinação de outros factores produtivos e sem acções de capacitação para a produção em regadio (horários de rega, conservação das infra-estruturas, etc.). Formaram-se associações mas as acções de formação para a gestão foram muito fracas e não eficazes.

O meio rural tem beneficiado de mais serviços públicos redistributivos (educação, saúde, alguns subsídios/créditos não, ou pouco reembolsados, etc.). A emergência de um tecido empresarial público ou privado prestador de serviços (comercialização, crédito/finanças rurais, venda de insumos, assistência técnica, etc.) direccionados para os pequenos produtores é muito débil.

Os pequenos produtores têm-se integrado no mercado pela via do assalariamento (minas, serviços e algum agroprocessamento), sendo que o volume de emprego gerado é baixo devido ao facto que na maioria dos casos serem investimentos intensivos em capital⁹⁵. Grande parte do rendimento das famílias provém da agricultura (*cash crops* e excedentes alimentares) e de actividades da economia informal (principalmente do comércio). O estudo do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (2004) revela que as famílias cuja maior proporção do rendimento é não agrário são aquelas que mais rapidamente saem da pobreza e, portanto, maiores rendimentos obtêm. Este dado possui um grande valor de análise de política económica/agrária. A longo prazo, pode representar o abandono da actividade agrária em benefícios de outras actividades (sobretudo de serviços), esperando adquirir os alimentos nos mercados rurais informais cujos produtos são essencialmente importados da África do Sul. Esta realidade provoca a possibilidade da separação dos pequenos produtores em relação à terra.

Algo similar (equivalente) está a acontecer com os recursos naturais (por exemplo com a floresta). Existem zonas onde são os próprios camponeses que extraem quantidades não sustentáveis de madeira para fins comerciais (lenha e carvão como fonte energética, estacas para a construção, etc.) para obtenção de rendimentos. Em muitos casos, são cidadãos deslocados desde o tempo do conflito violento que se instalaram em zonas com as quais não possuem alguma relações antropológica e, portanto, não existe o sentimento de pertença do bem público e a sua defesa pelas comunidades. Noutras circunstâncias, conforme já referido, são os próprios cidadãos rurais que provocam incêndios florestais (queimadas) como forma de protesto e resistência contra a actuação predadora de madeireiros furtivos e contra a permissividade dos fiscais em relação aos madeireiros, licenciados ou não. Estes casos podem indiciar a desestruturação ou reconfiguração das relações Homem-produção-natureza em sistemas de produção milenarmente sustentáveis, sem que aconteçam novas formas sustentáveis de desenvolvimento.

Estes fenómenos podem sugerir que existem sinais de grande importância: (1) a persistência da não existência de políticas direccionadas para a agricultura, para os camponeses e para a produção alimentar, e a consequente especialização produtiva em culturas de rendimento e, em menor escala, a proletarianização (ou semi-proletarianização); (2) a secundarização da produção agrícola por parte dos pequenos produtores agrários e sua substituição por actividades informais de serviços em consequência dos benefícios diferenciados e consequente alteração de estratégias produtivas; e, (3) a separação das actividades rurais e do Homem com a natureza com consequências imprevisíveis.

⁹⁵ Não existe em Moçambique um estudo sobre as diferentes formas de integração/resistência do campesinato no mercado e como reacção à penetração do capital agrário e mineiro. De vários estudos, desde o período colonial com a introdução de culturas obrigatórias, impostos obrigatoriamente pagos em moeda (o famoso imposto de palhota), fenómenos migratórios e de assalariamento, é possível extrair alguns apontamentos teóricos sobre este tema. Actualmente, face ao volume de projectos de capital intensivo no meio rural, seria interessante haver trabalhos de pesquisa sobre esta matéria. Para o estudo destes temas, veja por exemplo, Servolin (1989a).

A continuidade destas tendências a longo prazo poderá consolidar as rupturas verificadas com consequências sobre o êxodo rural e o agravamento da ruralização do meio urbano, disfunções entre o rural e o urbano, a não sustentabilidade ambiental do crescimento e o agravamento da instabilidade alimentar e da dependência. Por outro lado, permitirá a abertura de espaços para a penetração do capital na busca do controlo de recursos. Dependendo destes fenómenos e das respectivas escalas, o conflito de terras entre as comunidades e as multinacionais pode assumir proporções variáveis e pode emergir uma nova classe de camponeses sem terra com os efeitos conhecidos de outras realidades⁹⁶.

5. LIÇÕES DE POLÍTICA AGRÁRIA

As principais lições da política agrária são as seguintes:

- Importância da existência de uma política de longo prazo que conceba a agricultura como parte do conjunto da economia com relações intersectoriais e que configure padrões de acumulação que retenham valor e riqueza no meio rural, condição necessária para a emergência de um tecido produtivo local e que dinamize economias endogeneizadas no território.
- As estratégias e prioridades sectoriais e para o meio rural devem ser coerentes com a gestão macroeconómica (taxas de juro, políticas creditícias e, eventualmente, de subsídios, taxas de câmbio, política orçamental e de investimento público, políticas fiscais, etc.) e a utilização de incentivos adequados que induzam os agentes económicos a optarem por decisões económicas e produtivas em conformidade com os objectivos definidos (políticas de mercados, de infra-estruturas, de atracção de investimento, de responsabilidade social, etc.).
- É importante que haja estabilidade e capacitação institucional para o exercício das funções de Estado (planeamento, definição de políticas económicas e agrárias, regulação, fiscalização, ambiente de negócios e de mercados, prestação de serviços, etc.), que favoreçam a produtividade e competitividade, a redução das distorções dos mercados e incentivos para a emergência de um tecido económico rural.
- Sugerem-se abordagens interdisciplinares no desenvolvimento rural (ciências agrárias, ciências sociais, planeamento do território, etc.), reflectindo-se nas políticas agrárias, como por exemplo, nas linhas de investigação, nas metodologias de extensão rural, na capacitação das instituições, na formação de técnicos, entre outros aspectos. É de evitarem-se abordagens excessivamente “agraristas⁹⁷”, não fundamentadas ou mesmo precipitadas.
- A capacitação para que o Estado desenvolva funções de apoio aos produtores (como por exemplo, a investigação, a extensão rural e incentivos para a emergência de um tecido empresarial fornecedor de serviços às empresas) e a prestação de serviços aos cidadãos (educação, saúde, infra-estruturas, acesso à água, etc.).
- É importante que as políticas induzam transformações estruturais, tecnológicas e dos sistemas de produção na agricultura e em outras actividades no meio rural, na perspectiva da configuração de tecidos produtivos eficientes e competitivos em contextos de mercados crescentemente abertos.
- Deve evitar-se a secundarização da agricultura de pequena escala e da produção alimentar, no quadro de uma estratégia de desenvolvimento rural integrado com incentivos ajustados às lógicas produtivas.

⁹⁶ Sobre o debate acerca da terra em Moçambique, sugere-se Hanlon (2002), Negrão (2003), Manhican Jr. (2007), Cambaza (2009) e Justiça Ambiental e UNAC (2011). Sobre a legislação consulte a Lei 19/97 (Lei de Terras), a Resolução 10/95 que aprova a Política Nacional de Terras e as respectivas estratégias de implementação. Para um estudo histórico - veja-se Quadros (2004).

⁹⁷ “Agrarista” no sentido de restringir as análises aos aspectos económicos e técnicos específicos do sector, de forma desenquadrada do conjunto da economia e sociedade, da política económica, do ambiente de negócios, da reprodução do poder e da sociedade.

- Na agricultura de pequena escala, defende-se que existem margens de expansão da produção e da produtividade com alterações no factor capital (sementes melhoradas, fertilizantes, pequenos sistemas de rega e melhoramento do manejo dos sistemas de produção e crédito), desde que sejam assegurados os serviços à produção (venda de insumos, comercialização de excedentes assistência técnica, crédito, etc.), que os preços relativos sejam favoráveis de forma que os produtores decidam com base na opção de maior benefício. A curto prazo, são pouco possíveis alterações dos factores trabalho e terra devido à baixa elasticidade dos mesmos (crescimento demográfico e quantidade de terra fixa, supondo que a ampliação da fronteira agrícola implica investimentos avultados).
- É necessário que a introdução de inovações ou de insumos sejam acauteladas com as realidades e, sobretudo, com os interesses dos produtores, de forma a reduzir dilemas ou conflitos entre os mecanismos de reprodução a nível da economia nacional (ou dos objectivos do Estado) com os objectivos dos pequenos produtores e das empresas. É assim importante conhecer, para cada local, cultura e sistema de produção, quais os determinantes da inovação tecnológica dos produtores de forma a orientar as prioridades das linhas de investigação agrária.
- O desenvolvimento agrário é sobretudo local, pelo que urge priorizar as zonas que reúnam condições para a utilização mais eficiente dos recursos (potencial produtivo, infra-estruturas, acesso a serviços e a mercados, informação e maior tradição produtiva com tecnologias mais intensivas em capital), acompanhando com a descentralização efectiva da função pública.
- A penetração do capital mineiro e agrário não pode excluir os pequenos produtores e devem-se evitar rupturas sem que alternativamente existam reconfigurações dos sistemas de produção, das relações entre o Homem e a natureza.
- É importante assegurar a exploração sustentada dos recursos naturais, com tecnologias ambientalmente não agressivas.
- A penetração do capital mineiro e agrário no meio rural pode aprofundar a natureza extravertida das economias e reforçar os mecanismos de reprodução da dependência com a realocação dos padrões de acumulação no exterior com reduzidos efeitos sobre a economia nacional.
- As alianças económicas e políticas de reprodução do poder em economias extravertidas, dependentes do capital e da ajuda externa, de sistemas de produção e de tecnologias importadas, podem secundarizar as bases sociais e económicas internas de sustentação do poder, com consequências sobre a estabilidade política e social a médio e longo prazo.

6. CONCLUSÃO

A evolução da agricultura, do meio rural, e particularmente dos pequenos produtores e da produção alimentar durante a primeira década do século XXI, revela uma persistente continuidade de longo prazo sobre a secundarização destes sectores/territórios/bens/agentes económicos na política económica e agrária do país. A recente realidade internacional e interna assume complexidades diferentes em consequência da intensificação da penetração do capital de alguns sectores económicos no meio rural (minas, produtos agrícolas de exportação e florestas), o que pode aprofundar um padrão de acumulação centrado no exterior e que supõe a sobre-exploração dos recursos naturais e a acentuação da secundarização dos pequenos produtores e da produção alimentar, com eventuais consequências sociais negativas de que já existem evidências.

A configuração ou o reforço das alianças económicas com o capital externo e a cooperação, poderá aprofundar a dependência externa assente em demandas da economia internacional (por exemplo de bio combustíveis, soja e madeira) das grandes economias emergentes, o que

reforçará a menor importância do investimento e das políticas associadas com a produção alimentar.

Não se vislumbram, por agora, políticas que reforcem alianças sociais e económicas. A exclusão de grupos sociais internos, associada à pobreza paralelamente que aumenta o número de cidadãos formados e informados, poderá criar, a longo prazo, as condições para revoltas populares de dimensão imprevisível e com motivações políticas de anti-poder. A agravar, assiste-se à formação de alianças dos grupos do poder associados a um restrito número de empresários que concentram riqueza e configuram sociedades, economias e mercados duais e grandes desigualdades.

Só o equacionamento da importância da agricultura e do meio rural e de uma industrialização que acrescente valor e responda ao mercado interno e ao bem-estar da maioria da população, poderá alterar profundamente a política económica e agrária de Moçambique. Para isso são necessárias políticas de ruptura. A possibilidade desta viragem é reduzida porque; (1) os grupos económicos da elite política não estão consolidados e apenas o serão, de forma mais rápida e fácil, com a aliança com o capital externo; e, (2) por enquanto, devido ao estado de maturidade da sociedade civil, ao grau de socialização da formação e informação e à consciência e possibilidade do exercício da cidadania, é possível reproduzir o poder com custos baixos da manipulação política e da fidelização e compra do voto.

BIBLIOGRAFIA

ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON Anders (1994): *Moçambique em transição. Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992.* Tradução de Dulce Leiria. Maputo, impresso por CEGRAFE.

ALTIERI, Miguel (1998): *Agroecologia. A dinâmica produtiva sustentável.* 5ª Edição. Portalegre, Editora da UFRGS.

ARNALTE, Eladio Vicete (2012): “Políticas agrícolas na União Europeia: lições para Moçambique”.em *Contributos para o debate da agricultura e do desenvolvimento rural*, Mosca, João (coordenação), UAIENE Rafael, DE SOUSA Ragendra, CHAMBELIN Jordan, SERRA Carlos Manuel, VALÁ Salim Cipton, MUCAVELE Firmino, ARNALTE VICENTE Eladio, JORGE Raul e BAPTISTA Fernando Oliveira. Lisboa, Escolar Editora, publicação do Observatório do Meio Rural (Maputo). No prelo.

BANCO DE MOÇAMBIQUE (vários anos): Relatório Anual. Maputo, Banco de Moçambique.

BANCO MUNDIAL (1986): *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial.* Washington, Banco Mundial.

BANGURA, Yussf (1992): “Authoritarian Rule and Democracy in Africa. A Theoretical Discourse”. Em *Authoritarianism, Democracy and Adjustment. The Politics of Economic Reforms in Africa*, editado por Peter Gibbon et al. Uppsala, The Scandinavian Institute of African Institute.

BERNSTEIN, Henry (1990): Agricultural modernization and the era of structural adjustment: observations on Sub-Saharan Africa”. *The Journal of Peasant Studies*, vol. 18, nº 1, pp- 3-35.

BERTHELEMY, Jean-Claude e MORRISSON, Christian (1989): “Crise agricole et pénurie de divisões en Afrique”. *Revue Française d’Economie*. Vol. IV, nº 3, pp. 3-30.

BIAS Calisto e DONOVAN Cynthia (2003): Gaps and Opportunities for Agricultural Sector Development in Mozambique. Research Report no.54 E. Maputo, MINAG.

BUCUANE, Aurélio e MULDER, Peter (2007): *Exploring Natural Resources in Mozambique will it be a blessing or a curse?* Discussion papers No. 54E. Direção Nacional de Estudos e Análise de Políticas Ministério da Planificação e Desenvolvimento República de Moçambique

CAMBAZA Virgílio Vicente Maiel (2009): A Lei de Terras, de Minas e Sistema de Direitos Consuetudinários. Maputo, II Conferência IESE.

CAMPAGNE, Pierre(1982): “Etat et Paysans: La contradiction entre deux systèmes de reproduction”. *Économie Rurale*, nº 147-148, pp. 37-44.

CASAL, Adolfo Yáñez (1991): “Discurso socialista e camponeses africanos: legitimação político-ideológica da socialização rural em Moçambique (FRELIMO, 1965-1984). *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Nº 8 e 9, pp. 307-312.

CASTEL-BRANCO Carlos Nuno (2008): *Notas de Reflexão sobre a “Revolução Verde”* Contributo para em Debate. IESE, Discussion Paper nº 02/2008.

CASTEL-BRANCO Carlos, CRAMER Christopher e HAILU Degol (2001): *Privatization and economic strategy in Mozambique.* Helsinki, Finland: United Nations University, World Institute for Development Economics Research.

CAVANE Eunice DONOVAN Cynthia (2011): “Determinants of Adoption of Improved Maize Varieties and Chemical Fertilizers in Mozambique”. *Journal of International Agricultural and Extension Education*, Volume 18, Number 3, pp. 2-21.

CENTRO DE PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO (2011): Informação obtida directamente. Maputo, CPI.

CHANG, H-Joon (2003): Chutando a Escada. A estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo, Editora UNESP.

CHAYANOV, A.V. (1974): *La organización de la unidad económica campesina*, Buenos Aires, 1974, (1ª edição, 1925).

CHIBBER, Ajay (1988): “Aumento de la Producción Agrícola: Factores Relacionados y no Relacionados con los Precios”. *Finanzas y Desarrollo*, Junio de 1988, pp. 444-467.

CHIPANGA, Hercília Benedito (2005): *Envolvimento das comunidades locais na tomada de decisões sobre os recursos florestais*. Estudos de caso de Mucombezi e Nhamatanda. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Agronomia e Engenharia Floresta.

CHIBWANA Christopher, FISHER Monica, JUMBE Charles and SHIVELY Gerald (2011): *Measuring the Impacts of Malawi's Farm Input Subsidy Program*. Paper presented at the COMESA/ACTESA/MSU 5th AAMP Policy Seminar on “Smallholder-Led Agricultural Commercialization”. Kigali, Rwanda

CHITUNDU Maureen, DONOVAN Cynthia, HAGGBLADE Steven, KAMBEWA Emma, MACHEL Josina, SALEGUA Venâncio (2011): *Contrasting Experiences in Cassava Commercialization in Malawi, Mozambique and Zâmbia*. 5th AAMP Seminar on “Smallholder-Led Agricultural Commercialization”. Kigali, Rwanda.

COCQUERY-VIDROVITCH, Catherine (1976): “The Political Economy of the African Peasantry and Modes of Production”. *The Political Economy of Contemporary Africa*. Edited by Peter C. W. Gutkind and Immanuel Wallerstein. California, Sage Publications.

COLLEITA, Nat e CULLIAN, Michelle (1999): *Violent conflict and transformation of social capital. Conflict prevention and the post-conflict reconstruction*. Washington, World Bank.

COLLIER, Paul et al (2003): *Breaking the Conflict Trap: Civil War and Development Policy*, Washington, World Bank.

FITZGERALD, E.V.K. (1988): “State Accumulation and Market Equilibria: An Application of Kalecki-Kornai Analysis to Planned Economics In the Third World. Em E.V.K. Fitzgerald and M. Wuyts (eds.), *Markets Within Planning. Socialist Economic Planning in the Third World*. London, Frank Cass, pp. 50-74.

FRIAS, Sónia (2006): *Mulheres na Esteira, Homens na Cadeira*. Lisboa. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP).

FRIEDMAN, Harriet (1980): “Household production and the national economy. Concepts for the analysis of agrarian formations”. *The Journal of Peasant Studies*, vol. 7, nº 2, pp. 158-184.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (2011): *Regional Economic Outlook. Sub-Saharan Africa Sustaining the Expansion*. FMI, Outubro de 2011.

GÊMO, Hélder R. (2006): *Recursos humanos na extensão agrária pública em Moçambique*. Maputo, ministério da Agricultura.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE (2007): *Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR)*. Maputo, Conselho de Ministros, 11 de Setembro de 2007.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE (2007a): *Zoneamento Agrário de Moçambique*. Maputo, Novembro de 2007.

HANLON Joseph (2002): *Debate sobre a Terra em Moçambique: Irá o desenvolvimento rural ser movido pelos investidores estrangeiros, pela elite urbana, pelos camponeses mais avançados ou pelos agricultores familiares?* Trabalho de investigação encomendado por Oxfam GB - Regional Management Center for Southern Africa

HODGSON, Geoffrey M. (1994): *Economia e instituições*. Oeiras, Celta.

HOLDEN Stein and LUNDUKA Rodney (2011): *Do Fertilizer Subsidies Crowd Out Organic Manure? Case of Malawi*. Department of Economics and Resource Management. Norwegian University of Life Sciences. Norway

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2010): *Censo Agro-Pecuário 2009-2010*. Maputo, INE.

JORGE, Raul (2012): “O mercado internacional de alimentos e efeitos sobre as economias em desenvolvimento”. Em *Contributos para o debate da agricultura e do desenvolvimento rural*, Mosca, João (coordenação), UAIENE Rafael, DE SOUSA Ragendra, CHAMBELIN Jordan, SERRA Carlos Manuel, VALÁ Salim Cripton, MUCAVELE Firmino, ARNALTE VICENTE Eladio, JORGE Raul e BAPTISTA Fernando Oliveira. Lisboa, Escolar Editora, publicação do Observatório do Meio Rural (Maputo). No prelo.

JUSTIÇA AMBIENTAL e UNAC (2011): *Os senhores da terra. Análise Preliminar do Fenómeno de Usurpação de terras em Moçambique Casos de Estudo*. Maputo, Justiça Ambiental e UNAC.

KAUTSKY, Karl (1970): *La cuestión agraria*. Paris, Puerto-Ibérico.

KOCH Lars (2011): *Natural resources and Capitalflight from Mozambique- From resource curse to development*. Maputo IBIS

KORNAI Janos (1981): “Some Properties of the Eastern European Growth Pattern”. *World Development*, vol. 9, n.º 9/10, pp. 965-970.

LELE, Uma (1989): “La Gestión del Desarrollo Agrícola en África”. *Finanzas y Desarrollo*, Marzo de 1989, pp. 45-58.

LEITE, Joana H. M. F. P. (1989): *La formation de l'économie coloniale au Mozambique. Pacte coloniale et industrialisation : du colonialisme portugaise au réseaux informels de sujétion marchande – 1930-1974*. Tese de doutoramento. Paris, Grenoble, Hautes Études des Sciences Sociales.

LEITE, Joana Pereira (1999): *A Guerra do Caju e as Relações Moçambique-Índia na Época Pós-Colonial*. Documento de Trabalho n.º 57, CESA, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento. Lisboa, UTL, ISEG.

LEWIS, W. A. (1954): “Economic development with Unlimited Supplies of Labour”. *Manchester School of Economics and Social Studies*, vol. 22, n.º 2, pp. 139-191.

LONG, Norman (1989): “Introduction: the raison d'être for studying rural development interface”. *En counters at the interface. A perspective on social discontinuities on the rural development*. Wageningen, Agricultural University, pp. 221-243.

LOW Jan, BOUGHTON Duncan, MARRULE Higinio de, MOLE Paulo MASSINGUE Jaquelino (2002): *O Desafio do Salário Mínimo: Considerações Teóricas e Práticas*. Relatório de Pesquisa no. 49p. Maputo, Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Direcção de Economia.

MAHOMED, Rafique Jussob (S/ data): *Tendências do Investimento provado em Moçambique*. Conferência apresentada na AMECON. Maputo.

MALASSIS Louis (1997): *Économie Agro-Alimentaire*. (4 tomos). CUJAS

MANHICANE Jr., Tomás (2007): *Economia da Terra e Redução da Pobreza*. Conference Paper n.º 22. Maputo, IESE, Conferência inaugural.

MATOS, António Almeida (s/ data): *Tendências do Comércio e do Investimento em Moçambique*. Austral Consultoria e Projectos. Maputo.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (2008): *Análise do Crescimento do Rendimento dos Agregados Familiares Rurais em Moçambique 1996-2002: Implicações para o Desenvolvimento Agrário no contexto do ProAgri 2 e PARPA II*. Maputo, Preparado por técnicos da Direcção de Economia, MINAG e da Universidade Estadual de Michigan

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (2009): *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário 2009-2018*. Maputo Ministério da Agricultura.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (2010): *Estratégia de Irrigação*. Maputo, Minag. Documento em base electrónica.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL (2004): *Determinantes do Rendimento, Pobreza, e Percepção do Progresso Económico dos Agregados Familiares nas Zonas Rurais de Moçambique em 2001-2002*. Reunião Nacional da Direcção de Economia/ MADER, realizada em Pemba, Junho de 2004.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (2010): *Relatório Final Auditoria de Desempenho ao Sector Agrário* Maputo, Inspecção-geral de finanças

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (vários anos): *Orçamento Geral do Estado*. Maputo, Direcção Nacional do Orçamento, Portal do Governo de Moçambique.

MINISTÉRIO DO PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (2010): *3ª Avaliação Nacional da Pobreza*. Maputo, MPD

MISSÃO DE INQUÉRITO AGRÍCOLA (1973): *Estatísticas Agrícolas, 1970*. Lourenço Marques, Missão de Inquérito Agrícola.

MOSCA, João (2004): *S.O.S. África*. Lisboa, Editora Piaget.

MOSCA, João (2005): *Economia de Moçambique, século XX*. Lisboa, Editora Piaget.

MOSCA, João (2008): *Agricultura e Desenvolvimento em África*. Lisboa, Editora Piaget.

MOSCA, João (2009): “O que há de economia nas decisões económicas?” SAVANA, ANO XVI, Nº 827, 13 de Novembro.

MOSCA, João (2010a): *Políticas agrárias de(em) Moçambique, 1975-2009*. Lisboa, Escolar.

MOSCA, João (2010b): *1 e 2 de Setembro de 2010: factos, análises e lições*. DEBATES, Nº 2. Universidade Politécnica, Outubro de 2010.

MOSCA, João (2011): *Auto (in)estima*. SAVANA, ANO VVIII, Nº 935 de 9 de Dezembro.

MOSCA, João (2011a): “Políticas agrarias y cambios en la agricultura de Mozambique (1975-2009)”. *Revista Española de Estudios Agro-Sociales y Pesqueros* 229 2/2011. Madrid, Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino.

MOSCA, João, ABBAS, Máriam e BRUNA, Natacha (2011): *Tendências Recentes da Economia Moçambicana*. DEBATES, Documento de Trabalho da Universidade Politécnica. Maputo.

MOSCA, João, BARRETO, Gizelda, ABBAS, Máriam, BRUNA, Natacha (2012): *Competitividade da Economia de Moçambique*. Lisboa, Escolar Editora.

MOUSSA Sami Zaki (2002): *Technology Transfer for Agriculture Growth*. Africa Economic Research Papers No 72. African Development Bank, Operations Complex Agriculture and Rural Development Department, Central and West Region

NEGRÃO, José (2003): “Sistemas costumeiros da terra”. *Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique*. Coordenação de Boaventura Sousa Santos e João Carlos Trindade. Porto, Edições Afrontamento, pp. 229-256.

NORTH, D. C. (1977): “Markets and Other Allocation System in History: The Challenges of Karl Polany”. *Journal of European Economic History*, 6, pp. 103-716.

ODAMOZ (2008): *Mozambique Donor Atlas 2008*. Prepared by Cora Ziegler-Bohr and ODAdata Economist, Dezembro de 2008. Maputo, ODAMoz. www.odamoz.org.mz.

OSSEMANE, Rogério (2009): *Quão fiável é análise de sustentabilidade da dívida externa em Moçambique? Uma análise crítica dos indicadores de sustentabilidade da dívida externa de Moçambique*. IESE, IDEIAS, Boletim N° 25.

PITCHER, M. Anne (2003a): “Sobreviver à transição: o legado das antigas empresas coloniais em Moçambique”. *Análise Social*, vol. xxviii (168), pp. 793-820.

PITCHER, M. Anne (2003b): *The Politics of Privatization, 1975-2000*. Cambridge University Press.

PHELPS, E. (org) (1975): *Altruism, Morality and Economic Theory*. New York, Sage Publications.

QUADROS, Maria da Conceição de (2004): *Manual do Direito da Terra*. Maputo, Centro de Formação Jurídica e Judiciária.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2007a): *Estratégia da Segurança Alimentar e Nutricional 2007-2015*. Maputo, Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional. Versão em base digital.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2007b): *Zoneamento Agrário de Moçambique, escala 1:1.000.000*. Maputo, Novembro de 2007.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2008): *Plano de Acção para a Produção de Alimentos*. Maputo. Versão draft em base digital.

SCHULTZ, Theodore (1965): *A transformação da agricultura tradicional*, Rio de Janeiro, Zahar editores, 207 p.

RUKUNI Mandivamba and KAMBANJE Cuthbert (2011): *Impact of land rights on productivity of agriculture and natural resource enterprises in Africa*. Conference on Increasing Agricultural Productivity and enhancing food security in Africa: New Challenges and Opportunities. Ababa, 1-3 November, 2011.

SERVOLIN, Claude (1989a): “La absorción de la agricultura en el modo de producción capitalista”. *La evolución del campesinado. La agricultura en el desarrollo capitalista*. Madrid. Instituto de Estudios Agrarios, Pesqueros y Alimentación, pp. 151-195.

SERVOLIN, Claude (1989b): *L’agriculture moderne*, Paris, Seuil.

SHANIN, T (1971): *Naturaleza y lógica de la economía campesina*, Editorial Anagrama, Barcelona (consultado em Agosto de 2011). Disponível em <http://ieham.org/html/docs>.

SHANIN, T (s/data): *A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista* (consultado em Agosto de 2011). Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/nera/revistas/07/Shanin> (PDF).

SILVA, José Graziano da (1982): *A modernização dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

SOUSA, Ragendra de e CHAMBELIN, Jordan (2012): “Domínios de desenvolvimento para Moçambique. Caracterização espacial das condições sócio económicas e biofísicas das oportunidades e entraves ao desenvolvimento dos pequenos produtores em Moçambique”. Em *Contributos para o debate da agricultura e do desenvolvimento rural*, Mosca, João (coordenação), UAIENE Rafael, DE SOUSA Ragendra, CHAMBELIN Jordan, SERRA Carlos Manuel, VALÁ Salim Crompton, MUCAVELE Firmino, ARNALTE VICENTE Eladio, JORGE Raul e BAPTISTA Fernando Oliveira. Lisboa, Escolar Editora, publicação do Observatório do Meio Rural (Maputo).

UAIENE, Rafael (2006): *Introdução de Novas Tecnologias Agrícolas e Estratégias de Comercialização no Centro de Moçambique*. Direcção de Formação, Documentação e Transferência de Tecnologias, Relatório de Pesquisa No. 2P. Instituto de Investigação Agrária de Moçambique.

UAIENE, R. N., ARNDT, C., MASTERS, W. A, (2009): *Determinants of Agricultural Technology Adoption in Mozambique*. Discussions Papers, Nº 67E, Ministério do Plano e Desenvolvimento, Direcção Nacional de Estudos e Análises de Políticas

UAIENE, Rafael (2012): “Estrutura, conduta e desempenho da agricultura familiar em Moçambique”. Em *Contributos para o debate da agricultura e do desenvolvimento rural*, Mosca, João (coordenação), UAIENE Rafael, DE SOUSA Ragendra, CHAMBELIN Jordan, SERRA Carlos Manuel, VALÁ Salim Crompton, MUCAVELE Firmino, ARNALTE VICENTE Eladio, JORGE Raul e BAPTISTA Fernando Oliveira. Lisboa, Escolar Editora, publicação do Observatório do Meio Rural (Maputo). Em base digital.

VALÁ Salim Crompton (2012): “Microcrédito, Combate à Pobreza e Desenvolvimento do Meio Rural em Moçambique: como alcançar os pobres economicamente activos e torná-los agentes económicos mais dinâmicos?”. Em *Contributos para o debate da agricultura e do desenvolvimento rural*, Mosca, João (coordenação), UAIENE Rafael, DE SOUSA Ragendra, CHAMBELIN Jordan, SERRA Carlos Manuel, VALÁ Salim Crompton, MUCAVELE Firmino, ARNALTE VICENTE Eladio, JORGE Raul e BAPTISTA Fernando Oliveira. Lisboa, Escolar Editora, publicação do Observatório do Meio Rural (Maputo).

(Verso/interior da conta capa)

Como publicar

- Os autores deverão endereçar as propostas de textos para publicação em formato digital para o e-mail do OMR: office@omrmz.org que responderá com um e-mail de aviso de recepção da proposta.
- Ao Observatório do Meio Rural reserva-se o direito de publicar os trabalhos recebidos.
- Após o envio, os autores proponentes receberão informação por e-mail, num prazo de 90 dias, sobre a aceitação do trabalho para publicação.
- O autor tem o direito a 10 exemplares do número do *OBSERVADOR RURAL* que contiver o artigo por ele escrito.

Regras de publicação

- Apresentação da proposta de um tema que se enquadre no objecto de trabalho do OMR.
- Aprovação pelo Conselho Técnico.
- Submissão a uma revisão redactorial num prazo de sessenta dias, a partir da entrega da proposta de artigo pelo autor.
- Informação aos autores por parte do OMR acerca da decisão da publicação, por *e-mail*, com solicitação de aviso de recepção, num prazo de 90 dias após a apresentação da proposta.
- Caso exista um parecer negativo de um ou mais revisores, o autor tem a oportunidade de voltar uma vez mais a propor a edição do texto, desde que introduzidas as alterações e observações sugeridas pelo(s) revisore(s).
- Uma segunda proposta do mesmo texto para edição procede-se nos mesmos moldes e prazos.
- Um segundo parecer negativo tem carácter definitivo.
- O proponente do texto para publicação não tem acesso aos nomes dos revisores e estes receberão os textos sem indicação dos nomes dos autores.
- A responsabilidade de publicação é da Direcção do Observatório do Meio Rural sob proposta do Conselho Técnico, independentemente dos pareceres dos revisores.
- O texto não pode exceder as 20 páginas em letra Times New Roman, tamanho 11, espaço simples entre linhas, e margens de 3cm em toda a página (cima, baixo, lado esquerdo e direito).
- A formatação do texto para publicação é da responsabilidade do OMR.



O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivos geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Promover debates sobre temas específicos do meio rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra



**Universidade Politécnica
A POLITÉCNICA**

Av. Paulo Samuel Kankhomba, nº 1011, Edifício da Reitoria, r/c
Maputo – Moçambique
Telefones: 258 21 352750 - 258 823285250

